



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS
FRONTEIRIÇOS MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

GUILHERME LUIZ DE SOUZA FOGAÇA

LADÁRIO: UM PATRIMÔNIO DESPROTEGIDO

**CORUMBÁ - MS
2025**

GUILHERME LUIZ DE SOUZA FOGAÇA

LADÁRIO: UM PATRIMÔNIO DESPROTEGIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços – Mestrado, do Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

Linha de Pesquisa:
Estratégias Políticas,
Mobilidade Humana E
Desenvolvimento Territorial
Orientador(a): Dra. Luciana
Escalante Pereira
Co-orientador(a): Dr. Marco Aurélio
Machado de Oliveira

Corumbá - MS
2025

GUILHERME LUIZ DE SOUZA FOGAÇA

LADÁRIO: UM PATRIMÔNIO DESPROTEGIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços – Mestrado, do Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

Aprovado em __/__/__, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

**Orientador(a): Dra. Luciana Escalante Pereira
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

**1º avaliador(a): Dr. Edgar Aparecido da Costa
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

**2º avaliador(a): Dra. Maria Margareth Escobar Ribas
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)**

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade proporcionada nesse momento da minha vida

À minha família pelo apoio durante a trajetória.

Aos professores: Dr^a Luciana Escalante Pereira e Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira pelas contribuições e orientações neste trabalho.

Aos amigos do mestrado e de profissão, que auxiliaram durante as visitas de campo e no decorrer das disciplinas: Aline, Jimenez, Leonnard e Sander.

Aos membros da banca pelas correções e contribuições essenciais para o refinamento deste trabalho.

À UFMS pelo apoio e desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Escritório Técnico do Iphan de Corumbá pela disponibilização das fichas cadastrais e a consulta de materiais bibliográficos.

A todos meu muito obrigado!

“Dedender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.
(Mário de Andrade)

RESUMO

Este trabalho analisa o patrimônio material edificado da cidade de Ladário/MS, situada na fronteira Brasil-Bolívia, avaliando o estado de conservação e as potencialidades do uso deste patrimônio edificado presente na cidade, categorizando as edificações de acordo com as características e técnicas construtivas dos estilos arquitetônicos, identificando e mapeando as áreas que concentram os bens de valor histórico na cidade de Ladário. Por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, foram realizados levantamentos fotográficos, observações em campo e análises de edificações históricas mapeadas por autores como Marques (2001) e Arruda (2009), com base nos critérios de conservação definidos pelo IPHAN (2007). Os dados obtidos demonstram que grande parte do patrimônio se encontra em condição de descaracterização, má conservação ou ruínas, especialmente em vias com importância histórica e urbanística, como a Avenida 14 de Março e a rua Almirante Tamandaré. Ainda assim, certas ruas, como Fernandes Vieira e Cunha Couto, preservam edificações com valor histórico significativo e em bom estado de conservação. O estudo destaca a predominância dos estilos *Art Déco* e Eclético, heranças do período áureo da navegação, da influência militar e da economia regional, reforçando a identidade arquitetônica compartilhada com Corumbá. Ao identificar áreas prioritárias para ações de preservação e conservação e evidenciar a urgência da restauração de bens em risco, a pesquisa contribui para o reconhecimento da memória local e a formulação de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio cultural de Ladário, neste estudo evidenciado pelas propostas de área de tombamento federal e áreas de entorno.

Palavras-chave: Fronteira; Edificações; Patrimônio Material; Políticas Públicas; Preservação.

ABSTRACT

This study analyzes the built material heritage of the city of Ladário, in the state of Mato Grosso do Sul, located on the Brazil–Bolivia border, assessing the state of conservation and the potential uses of this built heritage present in the city. It categorizes buildings according to the characteristics and construction techniques of architectural styles, and identifies and maps the areas that concentrate assets of historical value in Ladário. Through a qualitative and quantitative approach, photographic surveys, field observations, and analyses of historic buildings mapped by authors such as Marques (2001) and Arruda (2009) were conducted, based on the conservation criteria defined by IPHAN (2007). The data obtained show that a large portion of the heritage is in a condition of loss of original character, poor conservation, or ruin, especially along streets of historical and urban importance, such as Avenida 14 de Março and Almirante Tamandaré Street. Nevertheless, certain streets, such as Fernandes Vieira and Cunha Couto, preserve buildings of significant historical value and in good condition. The study highlights the predominance of Art Deco and Eclectic styles, legacies of the golden period of navigation, military influence, and the regional economy, reinforcing the architectural identity shared with Corumbá. By identifying priority areas for preservation and conservation actions and emphasizing the urgency of restoring assets at risk, the research contributes to the recognition of local memory and to the formulation of public policies aimed at protecting Ladário's cultural heritage, as evidenced in this study by proposals for federal heritage listing areas and buffer zones.

Keywords: Border; Buildings; Material Heritage; Public Policies; Preservation.”

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapas de Localização da cidade de Ladário/MS	15
Figura 2- Monções do Sul	16
Figura 3- Bacias Hidrográficas de Mato Grosso do Sul.....	18
Figura 4 - Trabalhadores do Arsenal no pórtico de entrada	19
Figura 5- Porto do Arsenal de Ladário	20
Figura 6 - Planta do Arsenal de Marinha de Ladário	21
Figura 7- Traçado Urbano da cidade de Ladário.....	21
Figura 8 - Localização das Edificações Históricas na cidade de Ladário-MS	25
Figura 9- Fachada da edificação Casarão	29
Figura 10 - Fachada da edificação Casarão	29
Figura 11 - Estado da estrutura do prédio histórico na Rua Manoel Cavassa após o desabamento	29
Figura 12 - Planta da área tombada e do entorno, na cidade de Corumbá. A área tombada está destacada na cor amarela	39
Figura 13 - Mapa delimitando a área tombada de Corumbá/MS	39
Figura 14 - Estratégias e instrumentos de coleta de dados	42
Figura 15 - Mapa da área de estudo.....	42
Figura 16 - Linha do tempo dos estilos arquitetônicos em Ladário	46
Figura 17 - Mapa de localização das edificações	53
Figura 18 - Mapa de estilos identificados em Ladário	55
Figura 19 - Relação entre estilo arquitetônico e estado de conservação	56
Figura 20 - Gráficos de conservação e estilos arquitetônicos	56
Figura 21 - Gráfico de estados de conservação por rua.....	58
Figura 22 - Mapa de estados de conservação identificados	59
Figura 23 - Mapa de proposta de área de tombamento federal	60
Figura 24 - Mapa de proposta de área de entorno 1	61
Figura 25 - Mapa de proposta de área de entorno 2	62
Figura 26 - Mapa de proposta de área de tombamento federal e área de entorno	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados das cidades brasileiras na fronteira Brasil/Bolívia.....	14
Quadro 2 - Relatórios pós-guerra	20
Quadro 3 - Edificações Históricas Tomo III	24
Quadro 4 - Conceitos de instrumentos de preservação	30
Quadro 5- Instrumentos de preservação utilizados em Corumbá-MS	31
Quadro 6 - Autores e suas visões sobre patrimônio e restauro.	33
Quadro 7 - Conceitos e definições sobre patrimônio	35
Quadro 8 - Características dos estilos arquitetônicos.....	36
Quadro 9 - Critérios adotados pelo IPHAN para classificação de estado de conservação em áreas tombadas de Corumbá.....	45
Quadro 10 - Levantamento fotográfico das Edificações Históricas descritas por Marques (2001) e Arruda (2009).....	47
Quadro 11 - Análise das fachadas de amostras da área de estudo	51
Quadro 12 - Quantitativo de edificações identificadas por rua.....	57
Quadro 13 - Coordenadas geográficas da proposta da área de tombamento federal	61
Quadro 14 - Coordenadas geográficas da proposta da área de entorno 1	62
Quadro 15 - Coordenadas geográficas da proposta das áreas de entorno 2	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo Geral.....	12
1.2	Objetivos Específicos.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA DE LADÁRIO.....	13
1.1	Raízes portuárias e fronteiriças.....	14
1.2	Patrimônio Cultural	26
1.3	Um patrimônio (des)protegido	28
1.4	Instrumentos de Preservação	30
1.5	Evolução da restauração e do patrimônio.....	33
1.6	Estilos Arquitetônicos.....	36
1.7	Fichas Cadastrais.....	38
3	METODOLOGIA	41
4	RESULTADOS.....	45
4.1	Levantamento das edificações e vestígios históricos.....	45
4.2	Análise das fachadas.....	51
5.	Proposta da Área de Tombamento Federal e Área de Entorno	60
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	Referências Bibliográficas.....	67

1 INTRODUÇÃO

O estado atual de conservação das edificações do Patrimônio Cultural Brasileiro evidencia a necessidade de intervenções, que visam garantir a preservação e a documentação desses imóveis. Neste contexto, destaca-se a cidade de Ladário-MS, localizada na fronteira Brasil/Bolívia, cujo patrimônio material edificado reflete carências e desafios para sua conservação.

A fronteira, neste estudo, é compreendida como um espaço socialmente vivido, conforme a perspectiva de Nogueira (2007), que destaca a identidade territorial do fronteiriço, relacionando a experiência cotidiana dos habitantes, seu modo de vida, suas relações sociais e culturais, e também como esses indivíduos se identificam com o lugar em que vivem. Essa percepção dialoga com Hall (2006), ao afirmar que a identidade está profundamente ligada aos sistemas de representação e aos significados compartilhados, articulando-se às memórias, ao desejo de pertencimento comunitário e à preservação de uma herança cultural contínua. Assim, o patrimônio material de Ladário não pode ser desconectado das vivências simbólicas que estruturam o modo como seus moradores reconhecem e atribuem sentido ao lugar.

A contextualização histórica do município reforça essa relação. Fundada em 2 de setembro de 1778 pelo Capitão-Mor João Leme do Prado, em homenagem ao Capitão-General Governador da Província de Mato Grosso (Nascimento, 2002), Ladário conta, conforme o último censo realizado em 2022 pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma população de 21.522 habitantes. O turismo, a pesca, a pecuária e o transporte de navegação são algumas das principais atividades do município, segundo informações da Prefeitura Municipal de Ladário-MS.

A cidade de Ladário/MS teve, com a construção do Arsenal da Marinha (atual pátio de entrada do 6º Distrito Naval - DN) seus mecanismos de defesa fortalecidos na região fronteiriça. Chaparro (2020) destaca que a obra proporcionou a implantação dos primeiros loteamentos da região, partindo da atual Avenida Rio Branco em direção a Corumbá, seguindo o fluxo de desenvolvimento urbano da cidade.

As constantes preocupações com o guarnecimento da fronteira pós-guerra do Paraguai é destacado por Said (2023), assim como o estabelecimento do Arsenal da Marinha como os fatores principais para o desenvolvimento da urbanização e da construção civil na região. Said (2023) enfatiza as relações e influências militares no processo de reconstrução de Corumbá e no apoio das primeiras edificações no entorno do pátio do 6º Distrito naval.

Uma das questões norteadoras deste estudo, o estado atual das edificações, tanto em

áreas de tombamento e em seu entorno, caso de Corumbá/MS, em comparação com construções edificações não reconhecidas oficialmente, caso de Ladário/MS, traz o seguinte questionamento: quão protegidas estão essas edificações? Quão efetivas são as políticas públicas que podem garantir a preservação dessas edificações?

Observa-se especialmente em Ladário, foco do estudo, que muitas edificações históricas estão em situações precárias e de abandono, sem nenhuma utilização, algumas já descaracterizadas e com apenas vestígios de suas fachadas originais. O panorama identificado, em Ladário, evidencia a necessidade do fortalecimento e efetividade das políticas públicas e legislações e também da criação de instrumentos de preservação que garantam a proteção desse patrimônio, visto que essas construções remetem à origem e à formação da cidade e apresentam características da influência histórica, cultural, econômica e ocupação militar da época, como defende Cardoso (2020).

Composta por um rico patrimônio cultural, a cidade de Ladário conforme destaques de Marques (2001) e Arruda (2009), contém belos exemplares de expressivo valor histórico e simbólico. No entanto, conforme dados do Iphan, apenas o Conjunto das fortificações brasileiras - Base Fluvial de Ladário está efetivamente tombado. Outro exemplo de edificação, o Templo Maçônico da Augusta e a Respeitável Loja Simbólica Pharol do Norte permanece em processo de instrução para tombamento, enquanto diversos imóveis carecem de reconhecimento e proteção institucional, conforme reforça Arruda (2009).

Nesse cenário, a documentação torna-se um instrumento essencial para assegurar a memória, o sentimento de pertencimento, a identificação com local de origem e para a conservação das edificações históricas da fronteira, uma vez que assegura o registro das informações indispensáveis para diversas finalidades: projetos de restauro, construção, gestão, atividades culturais, operação e manutenção. Além disso, é importante destacar a existência de imóveis que por não serem reconhecidos ou valorizados acabam sendo submetidos a processos de intervenção, abandono ou deterioração, resultando na descaracterização ou na perda irreversível da memória local.

Essa perda patrimonial compromete diretamente os elementos simbólicos e de identidade que caracterizam o espaço fronteiriço. Como afirma Nogueira (2007) a fronteira remete às suas nacionalidades, convivência, história, cultura, particularidades, lugar de moradia, sentimento de pertencimento e identificação com o local de origem, dimensões essas que, ao serem desconsideradas nas políticas de preservação, acabam silenciadas junto às ruínas de um patrimônio negligenciado.

Diante das deficiências na preservação e na conservação, da falta de reconhecimento de

edificações históricas, das lacunas nos instrumentos de proteção e da necessidade de subsidiar políticas públicas e ações técnicas efetivas para a proteção do patrimônio material edificado de Ladário, este estudo busca contribuir para visualização e compreensão do estado atual dessas edificações, com base nos seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Analisar a situação atual do patrimônio material edificado da cidade de Ladário/MS na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, considerando seus aspectos geográficos, de conservação e estilos arquitetônicos, com indicação/proposta de uma área de tombamento federal.

1.2 Objetivos Específicos

Avaliar o estado de conservação e as potencialidades do uso do patrimônio material edificado presente na cidade de Ladário;

Categorizar as edificações de acordo com as características e técnicas construtivas dos estilos arquitetônicos na cidade;

Identificar e mapear as áreas que concentram edificações de valor histórico na cidade de Ladário.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA DE LADÁRIO

Esta seção busca analisar e compreender as particularidades da região fronteira Brasil/Bolívia, em específico a cidade de Ladário-MS, suas vivências e o patrimônio material edificado local. Ao apresentar Ladário daremos destaque a sua formação histórica, por meio de uma descrição detalhada de sua origem e do desenvolvimento da cidade, contextualização histórica e geográfica.

Outrossim buscaremos analisar o contexto histórico através de duas raízes: a portuária e a fronteira, enfatizadas por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020). Essa análise será relevante para o desenvolvimento de possíveis ações culturais futuras, para a avaliação do patrimônio material local e para medidas de preservação e conservação dessas edificações.

Neste contexto a fronteira pode ser entendida, conforme Castrogiovanni (2010) como parte constituinte do espaço geográfico, tendo possibilidades operacionais em diferentes escalas geográficas, podendo ser manifestada material e imaterialmente. A fronteira representada além de um fato geográfico, é fato social e biológico, acompanha as marcas dos movimentos dos povos e suas transformações (Oliveira, 2005), materializados neste trabalho por um belo patrimônio cultural edificado nessa região fronteira.

Este patrimônio edificado requer uma abordagem tal qual Nogueira (2007) trata em seu trabalho, evidenciando o conceito de fronteira vivida, analisando com ênfase na relação entre o sujeito e o lugar, especialmente para o fronteiriço, na busca pela compreensão do cotidiano, nas relações com os habitantes e seus vizinhos.

Outra característica de fronteira é a sua função de fator de integração, com intensas interações e trocas sociais, políticas e culturais (Machado, 1998). Essas vivências evidenciadas por Oliveira, Marini e Loio (2017), definem a fronteira como palco privilegiado das relações com os imigrantes, além das ações de controle e vigilância impostas. Neste estudo, tal palco de relações, trocas e vivências, fortemente influenciado pelos fluxos migratórios, será analisado a partir das raízes portuárias de Corumbá/Ladário, cidades que, historicamente, apresentaram intensas atividades comerciais, desenvolvimento local e significativa concentração da navegação fluvial vinculada a região do Prata, especialmente no período pós-Guerra do Paraguai (1864-1870) (Corrêa, 1985).

De acordo com Ferrari (2014) a fronteira possui duas visões científicas bem definidas, a primeira voltada para interações políticas entre Estados nacionais e seus limites, enquanto a segunda no contexto local e regional e as trocas locais entre os habitantes das zonas fronteiriças.

A presença da Marinha em Ladário localizada nesta zona fronteira pode ser interpretada como materialização territorial do poder estatal na fronteira (Cichoski; Raffestin, 1993).

Para os autores, “o conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou de recursos”(Cichoski; Raffestin, 1993, p. 58). Já na visão de Martins (2012) a fronteira envolve disputas contínuas de diferentes grupos entre os territórios delimitados.

No trabalho de Anna Eliza Finger sobre o patrimônio cultural de Jaguarão (RS), observa-se a relação entre as referências culturais da região de fronteira Brasil-Uruguai e o seu contexto histórico. Essa análise encontra paralelo em Ladário (MS) que também apresenta forte presença militar e cultural, além de processos históricos marcantes desenvolvidos em seu território (Iphan, 2016).

1.1 Raízes portuárias e fronteiriças

A partir dessas considerações sobre a fronteira como espaço socialmente vivido, passamos a discutir as raízes portuárias e fronteiriças que estruturam a formação de Ladário e Corumbá, situando-as no contexto histórico e geográfico de Mato Grosso do Sul. Analisar esses aspectos é fundamental para entender o contexto dessas cidades, visto a proximidade das cidades e a dificuldade de identificação na época.

Cabe ressaltar alguns dados obtidos pelo IBGE e Miranda, Gomes, Guimarães (2005), no Quadro 1, comparativo dos dois municípios brasileiros dessa região fronteira, destacando Ladário que está localizada no enclave geográfico e Corumbá o circunda:

Quadro 1- Dados das cidades brasileiras na fronteira Brasil/Bolívia

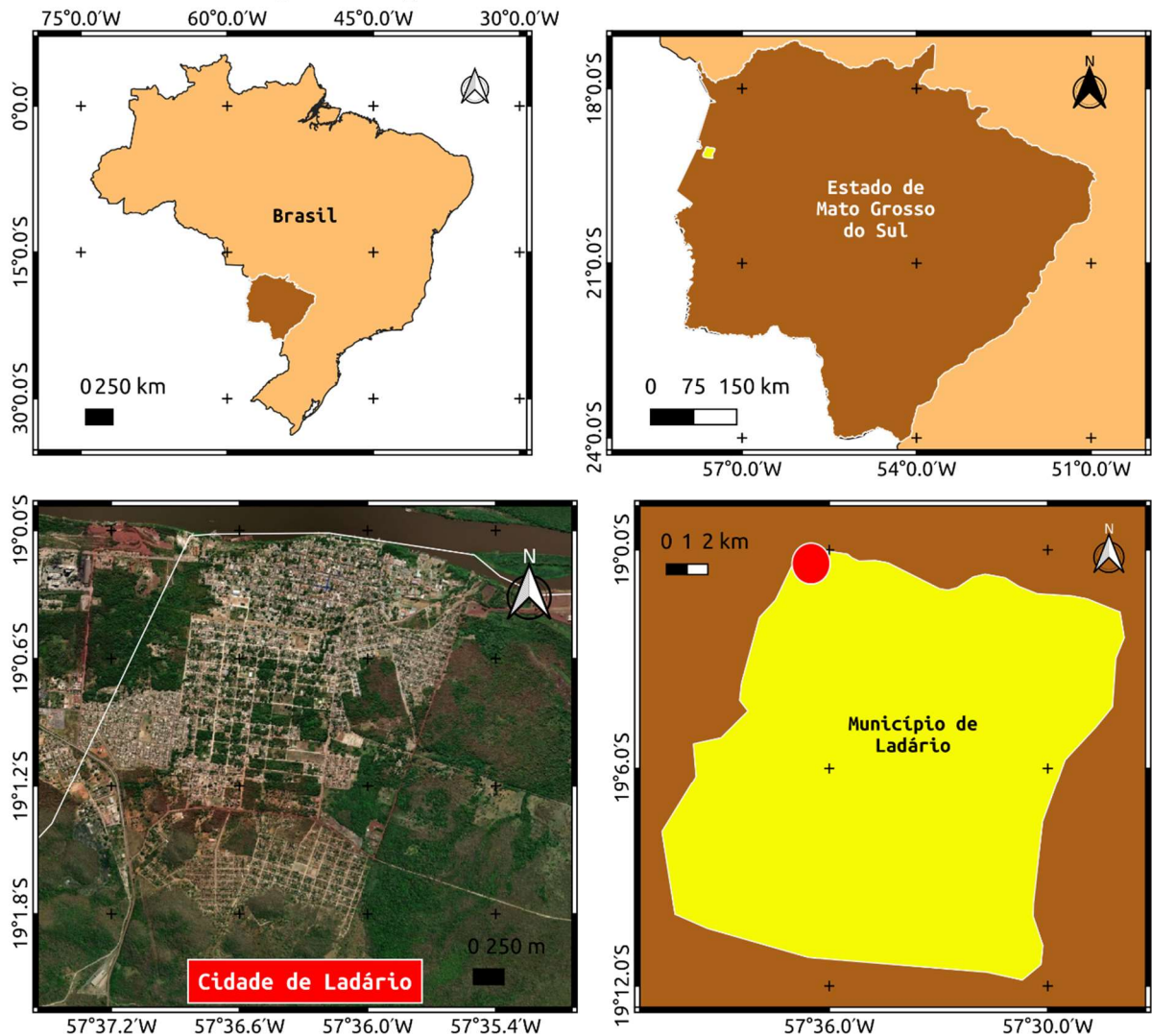
Município	Área territorial (km ²)	Área urbanizada (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Ladário	354,255	3,6191	60,75
Corumbá	64.431,145	21,5777	1,49

Fonte: IBGE e Miranda, Gomes, Guimarães (2005).

A cidade de Ladário, localizada no extremo oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Figura 1, foi o território de estudo desta pesquisa. Com um belo patrimônio material edificado, suas análises históricas e geográficas foram abordadas buscando compreender

aspectos da formação da cidade e das influências culturais.

Figura 1- Mapas de Localização da cidade de Ladário/MS



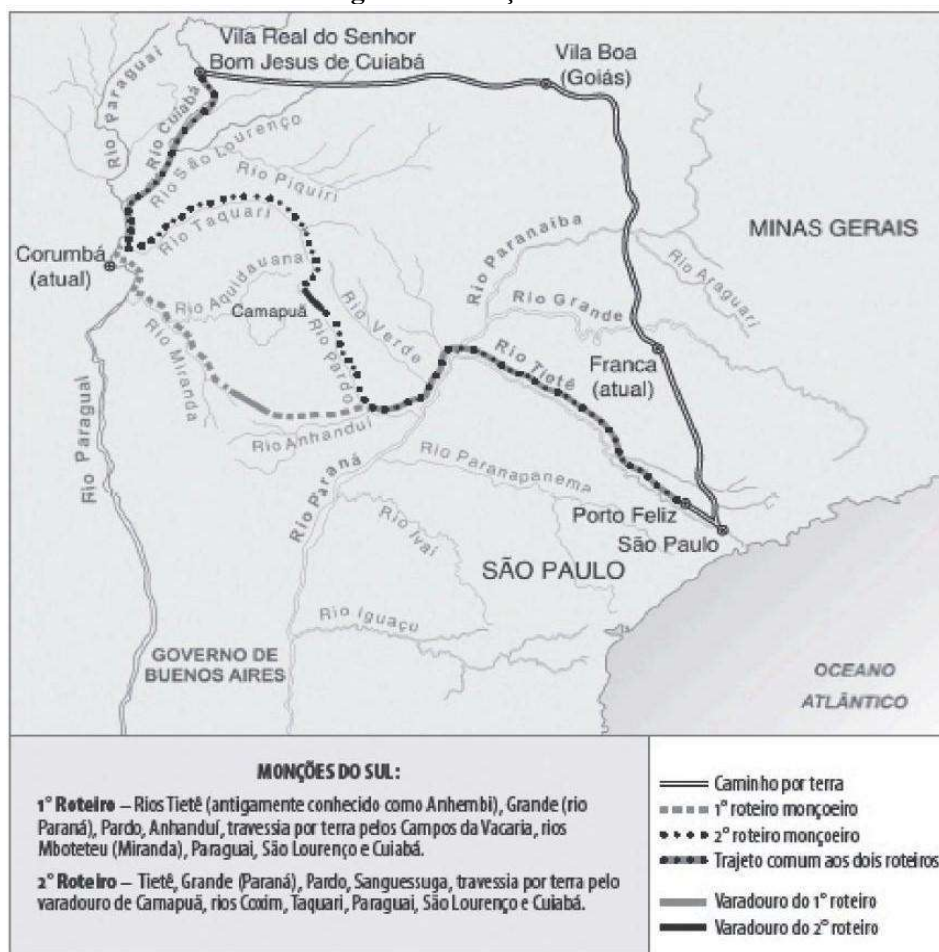
Fonte: Elaborado pelo autor(2025)

Dentre alguns aspectos históricos Lima (2013) destaca as ocupações iniciais do estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) pelos espanhóis em 1515, resultado do Tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha em 1494 e posteriormente o Tratado de Madri em 1750, com as definições das terras. Além disso, outra ocupação do território em 1593, pelo espanhol Ruy Diaz de Guzman junto aos jesuítas, acarretou na fundação da primeira cidade pantaneira, Santiago de Xerez.

As ocupações iniciais pelos europeus e o surgimento das missões de jesuítas espanhóis são destacadas por Corrêa (1999), assim como o avanço português, após o rompimento do tratado de Tordesilhas, e o curto ciclo do ouro de Cuiabá. Essas ocupações e apropriações de terras e os conflitos dos exploradores europeus com os grupos indígenas locais, resultou numa barreira indígena até início do século XIX (Corrêa, 1999).

Nesse período, as expedições fluviais, chamadas de monções, são abordadas por Siqueira (2023), os trajetos das monções do Sul (Figura 2) e as formas de abastecimento de mercadorias e transporte de pessoas, assim como os ataques dos indígenas locais. Essas monções bandeirantes, possibilitaram a criação de povoados em Camapuã e Albuquerque, em 1778, assim como Forte Coimbra em 1775, por motivos de defesa e ocupação (Lima, 2013).

Figura 2- Monções do Sul



Fonte: Siqueira(2023)

A Guerra do Paraguai (1864-1870) acarretou inúmeras dificuldades aos moradores da zona fronteiriça, Corrêa (1999) destaca algumas: isolamento local, falta de abastecimento, aprisionamento de famílias, epidemias e doenças. A preocupação das consequências eram avaliadas em relatórios, no ano 1879, Juiz de Direito da Comarca de Corumbá:

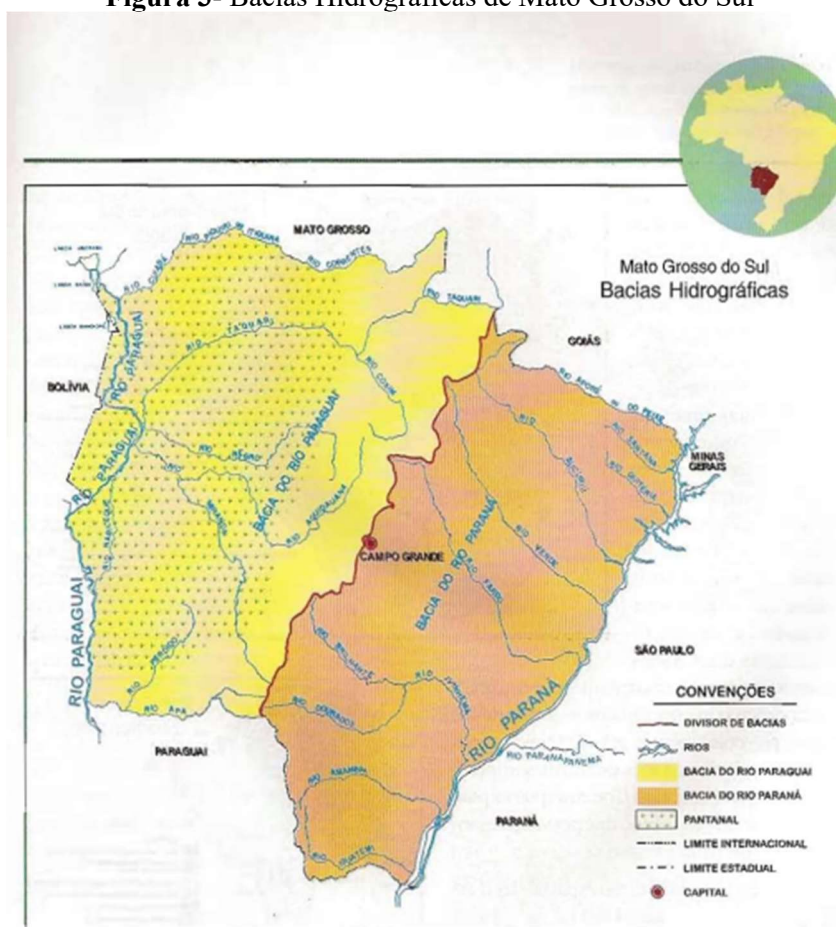
... [a vila] foi quase em sua totalidade destruída pela invasão paraguaya, restando apenas della mui poucas casas, algumas em ruínas.../ Depois da guerra edificarão-se os sumptuosos edificios do Arsenal da Marinha no Ladario, e a nova edificação da Cidade toda de pedra e cal, tem augmentado prodigiosamente, elevando-se o numero de casas a 870 ... A população de Corumbá incluindo 316 praças do Corpo de Artilharia aqui estacionada era: Em 1864 de 1.315 almas. Em 1872 de 3.361 almas...

Em 1875 subiu a mais de 8.000 almas (BARROS, 1879, apud CORRÊA, 1999, p.119).

Conforme Lima (2013) e Said (2023), pode-se observar que o desenvolvimento da região destaca-se principalmente num período pós-guerra, marcado por influências tanto europeias, vindas das áreas portuárias caracterizadas na cultura e nas construções, quanto militares, caracterizadas pelas construções locais, como o Arsenal da Marinha, a Loja Maçônica entre outras, e pelo avanço na infraestrutura da cidade.

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, é resultado de vários acontecimentos marcantes da época, conforme Bungart Neto (2012). Dentre eles podemos citar: conflitos entre o norte e o sul de Mato Grosso, além de momentos de tensão nos anos 30 e disputas pela presidência da Associação Mato-grossense (décadas de 1950 e 1960). Outros fatores como a preocupação com os vazios demográficos em 1923 e o Movimento Constitucionalista em 1932 são destacados por Lima (2013), que possibilitaram a consolidação da criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Com cerca de 357.142,010 km²(quilômetros quadrados) de área territorial, segundo dados do IBGE (2024), o Estado tem em seu sistema hidrográfico (Figura 3) duas principais bacias: Paraguai (porção ocidental) e Paraná (porção oriental) , papel importante na ocupação do estado (Lima, 2013). Esses dois rios e o Uruguai fazem parte da Bacia Platina ou do Prata, delimitando um perfil “espinha de peixe” na região interior do estado. (Martins, 1992).

Figura 3- Bacias Hidrográficas de Mato Grosso do Sul

Fonte: Martins (1992)

Esse percurso histórico de ocupação do território, marcado por disputas, tratados e rotas fluviais, fornece a base para compreender o papel estratégico de Corumbá e Ladário na fronteira oeste do Brasil. É nesse recorte espacial, diretamente articulado à navegação no rio Paraguai e à presença militar, que se consolidam as principais expressões do patrimônio material edificado analisado neste estudo.

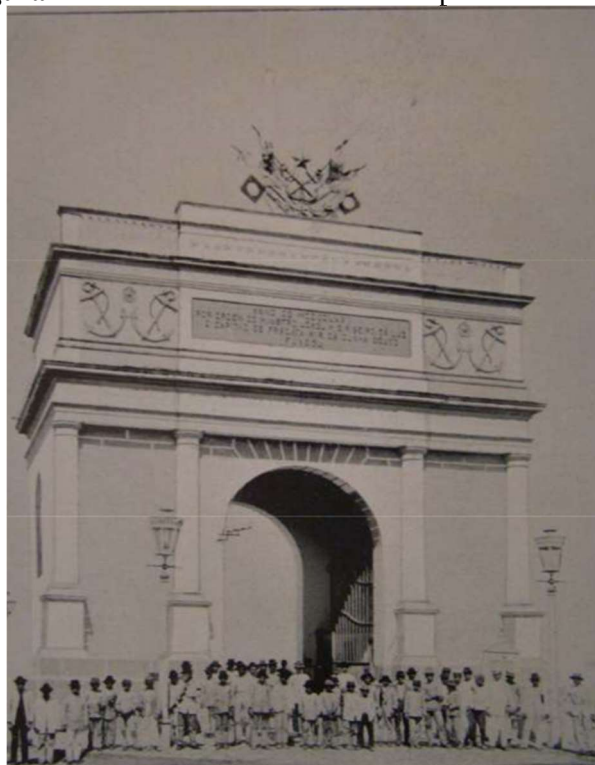
A vila de Corumbá, no período pós-guerra, foi ponto terminal das águas internacionais do rio Paraguai. Para Corrêa (1981), esse fato impactou positivamente no desenvolvimento do comércio da época por meio da influência estrangeira. Outro ponto destacado pela autora, foi a reinstalação em 1872 da Alfândega, tornando-se entreposto com grande fluxo comercial para Cuiabá e demais regiões.

Entretanto, o desenvolvimento econômico enfrentava desafios significativos. Nascimento (2002) destaca a escassez de madeira apropriada, às condições geográficas do rio Cuiabá e as diferentes administrações navais como obstáculos de crescimento.

Nesse mesmo contexto, e também em 1872, iniciaram-se as obras do Arsenal da Marinha (Figura 4), cuja construção atraiu grande fluxo de pessoas em busca de trabalho e

moradia. Esse movimento incluía tropas brasileiras retornando de Assunção, paraguaios e outros imigrantes que viam em Corumbá oportunidades de recomeço, especialmente em um momento de dificuldades causadas pela Guerra do Paraguai.

Figura 4 - Trabalhadores do Arsenal no pórtico de entrada



Fonte: AYALA, C.; SIMON, F. Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá/Hamburgo, 1914

Com as interpretações históricas sobre a formação territorial brasileira, considera-se que o Pórtico da Marinha do Brasil, localizado no Complexo Naval de Ladário e concebido como uma releitura do Arco do Triunfo parisiense, simboliza a consolidação da presença nacional na Fronteira Oeste. Essa materialidade arquitetônica de acordo com Said (2023) remete a um processo marcado por intensas disputas por domínio territorial, desde o período regido pelo Tratado de Tordesilhas até o pós-Independência.

Nessa perspectiva, reconhece-se que as Forças Armadas, especialmente a Marinha e o Exército, exerceram papel decisivo para a manutenção da integridade política do país, por meio da ocupação, defesa e retomada de áreas estratégicas, sobretudo ao longo dos rios Paraguai e Paraná (SAID, 2023).

Esse movimento populacional, destacado por Corrêa (1985) trouxe à tona problemas da infraestrutura urbana da época como o transporte de mercadorias, o abastecimento de água, o

calçamento das ruas de acesso do porto ao centro, o saneamento, a saúde pública, o custo de vida elevado e a deficiência na arrecadação de impostos (Corrêa, 1981). Muitos desses trabalhadores permaneceram na cidade, contribuindo para o desenvolvimento da região, que passou a ter intensa atividade social e econômica, com a construção das primeiras ruas e moradias (Mello, 2007).

Outrossim, Said (2023) enfatiza a preocupação do governo em reforçar a segurança da fronteira como fator principal para a construção do Arsenal da Marinha de Ladário. Essa preocupação e o estabelecimento do Arsenal, Figura 5 possibilitaram segundo Said (2023) o crescimento da construção civil e o processo de urbanização de Ladário, além de impulsionar o surgimento da Vila de Corumbá, quase destruída durante a Guerra do Paraguai.

Figura 5- Porto do Arsenal de Ladário



Fonte: AYALA, C.; SIMON, F. Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá/Hamburgo, 1914

O setor da construção civil se destacou nesse período. Relatórios pós-guerra de Miguel Paes de Barros registram cerca de 870 construções nas cidades de Corumbá (540) e Ladário (330), conforme no Quadro 2:

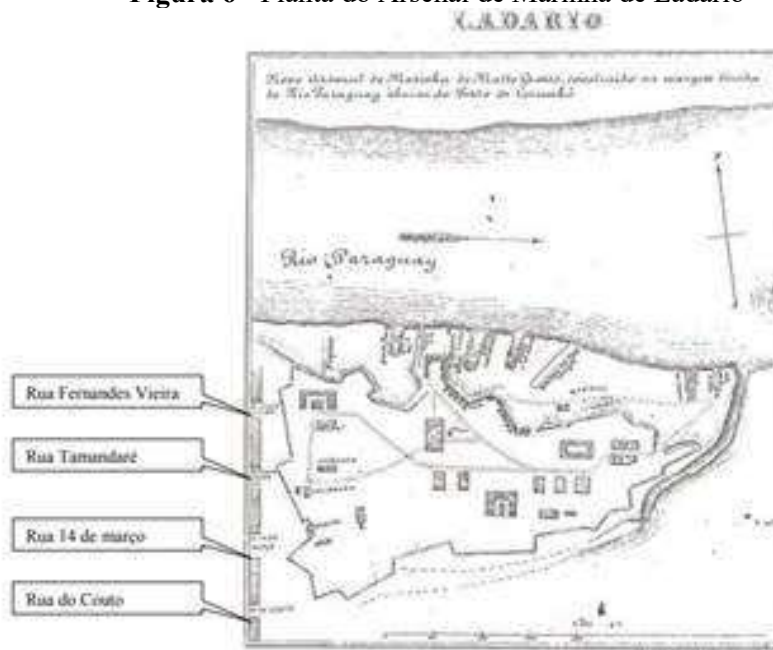
Quadro 2 - Relatórios pós-guerra

Casas	Cidade de Corumbá	Cidade de Ladário
Casas cobertas de telha	455	251
Em construção	25	43
Casas cobertas de zinco	51	29
Em construção	9	7
Total	540	330

Fonte: Adaptado de Corrêa (1985)

A Figura 6 apresenta a disposição do Arsenal proposto por João Severiano da Fonseca. Seu projeto foi elaborado devido às deficiências do Arsenal de Marinha de Cuiabá (Mello, 2009), como forma estratégica de proteção a novos ataques, com uma estrutura militar com porte de grande alcance.

Figura 6 - Planta do Arsenal de Marinha de Ladário



Fonte: Mello (2009)

O traçado urbano de Ladário (Figura 7) seguiu uma lógica de planejamento semelhante à forma regular observada em Corumbá (Chaparro, 2021). Em seu estudo, Mello (2009) enfatiza que a atual Avenida 14 de Março, nasce no pórtico da estrutura militar e segue em direção à Corumbá, dando acesso à cidade vizinha, como acesso direto, e também à entrada principal da base Naval (Chaparro, 2021), no mesmo caminho implantado desde os primeiros anos após o conflito da Tríplice Aliança.

Figura 7- Traçado Urbano da cidade de Ladário



Fonte: Chaparro(2021).

A via recebeu esse nome em referência à data de criação do próprio estabelecimento, determinada pelo Ministro Dr. Joaquim Ribeiro da Luz (Nascimento, 2002).

A cidade de Ladário remete às características de Corumbá, apresentando um traçado urbano regular, com ruas largas e arborizadas, elementos do modelo de urbanização adotado no período de sua fundação, além de padrões urbanísticos portugueses em suas configurações urbanas, como por exemplo, a estruturação em dois níveis: a cidade alta e a cidade Baixa (Chaparro, 2021).

“A cidade alta é o local de poder político, institucional, militar e religioso, e a cidade baixa é dedicada às atividades comerciais e portuárias, elementos marcantes e presentes nos dois núcleos urbanos [...]” (Chaparro, 2021).

Outro ponto relevante trazido por Fonseca sobre esta época, são as construções. “Seus edifícios são bons, notando-se entre eles as oficinas de máquinas e construção naval, os depósitos e almoxarifados, o quartel dos imperiais marinheiros (Fonseca, 1880 p. 292)” .

Em seu livro *Viagens e Caçadas em Mato Grosso*, Theodore Roosevelt traz relatos importantes de sua expedição pelas regiões do Brasil, onde a cidade de Ladário também é citada durante sua passagem: “(...) avistamos as alturas do “Ladário”, por onde passávamos pouco depois. Lá estavam os nossos navios de rio, o Arsenal com suas oficinas e grande muralha (...)” (Roosevelt, 1914, p.18).

Outro ponto observado por Roosevelt (1914), são as características de infraestrutura

local: “(...) instalamo-nos na freguesia de Ladário, sede da flotilha e, como Corumbá, construída no mesmo contraforte, em terreno calcáreo muito duro, com uma elevação de cerca de cinquenta metros sobre o rio”, além de semelhanças com a cidade de Corumbá. “Como Corumbá, o Ladário não possuem esgoto, e a água, apanhada do modo mais primitivo na margem do Paraguai, que se incumbe de arrastar de Corumbá tudo quanto lhe despejam, é distribuída pelas casas em originais carroças (...)” (Roosevelt, 1914, p.22-23).

Em 1945, o Arsenal passou a ser conhecido como Base Fluvial de Ladário, e, no mesmo ano, o Comando Naval foi rebatizado como 6º Distrito Naval. Porém, em 1966, o Comando do 6º DN foi transferido para São Paulo, retornando a Ladário apenas em 1975. Vale destacar que, em 1873, quando o Arsenal de Marinha foi transferido de Cuiabá, o município de Ladário ainda estava em processo de formação (Cardoso, 2020).

O pórtico de entrada do 6º Distrito Naval (Figura 2), uma réplica do Arco do Triunfo, em Paris, é um símbolo da cidade e um dos seus principais cartões postais. Esse monumento, juntamente com a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade, foi tombado pelo Iphan. A construção e os costumes, segundo Cardoso (2020), refletem a influência da Marinha e a consolidação da fronteira oeste do Brasil, além de remeter à tradição européia da época.

A construção do pórtico de entrada possibilitou a urbanização local com aberturas de 4 ruas paralelas ao rio e 4 travessas. Dentre elas temos: Fernandes Vieira, Tamandaré, Avenida 14 de Março e a Cunha Couto (paralelas) e 13 de Maio (atual Almirante Frontim), Riachuelo, Belhan (Conde de Azambuja) e Pedro II (Neto, 2022).

Conforme observado por Chaparro (2021), a delimitação da área tombada de Ladário, por sua vez, coincide com a implantação do Arsenal de Marinha em 1871, consolidando esse conjunto como precursor de todo o desenvolvimento urbano, tendo reflexos diretos na dinâmica econômica da cidade.

Nascimento (2002) destaca que, na década de 1940, o comércio de Ladário era caracterizado por estabelecimentos como armazéns, padarias e açougues. Esses comércios sustentavam-se, sobretudo, na economia da Marinha e revelavam uma estrutura urbana fortemente influenciada pela presença militar.

Com a ausência de agências bancárias da época, o movimento era concentrado no estabelecimento comercial do italiano Sr. Nicola Scaffa, atual prédio “A Lealdade”, visto como representação de poder econômico. A casa bancária representou papel central nas questões financeiras da região, destacando pela quantidade de negociantes na época, relações financeiras e transações do proprietário, figura de destaque pelo poder, pelas fortunas, cargos, títulos e suas

casas e terrenos no município (Nascimento, 2002).

Dentre outras ilustres figuras de Ladário, Nascimento (2002) também cita o Frei Liberato Keterrer, com sua participação efetiva na retomada da construção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade, além dos serviços de coordenação das instalações de água encanada da região.

Iniciada em 1874, a Loja Maçônica “Pharol do Norte” foi erguida por militares e comerciantes locais, transferida de território paraguaio (Neto, 2022). A edificação encontra-se em bom estado de conservação e atualmente pertence à Maçonaria. Segundo Said (2023), a loja maçônica da Avenida 14 de Março e outras edificações de Ladário, teriam sido construídas pelos militares.

Em Ladário-MS, importantes edificações históricas estão em destaque na trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense de Rubens Moraes da Costa Marques, Tomo III, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Edificações Históricas Tomo III

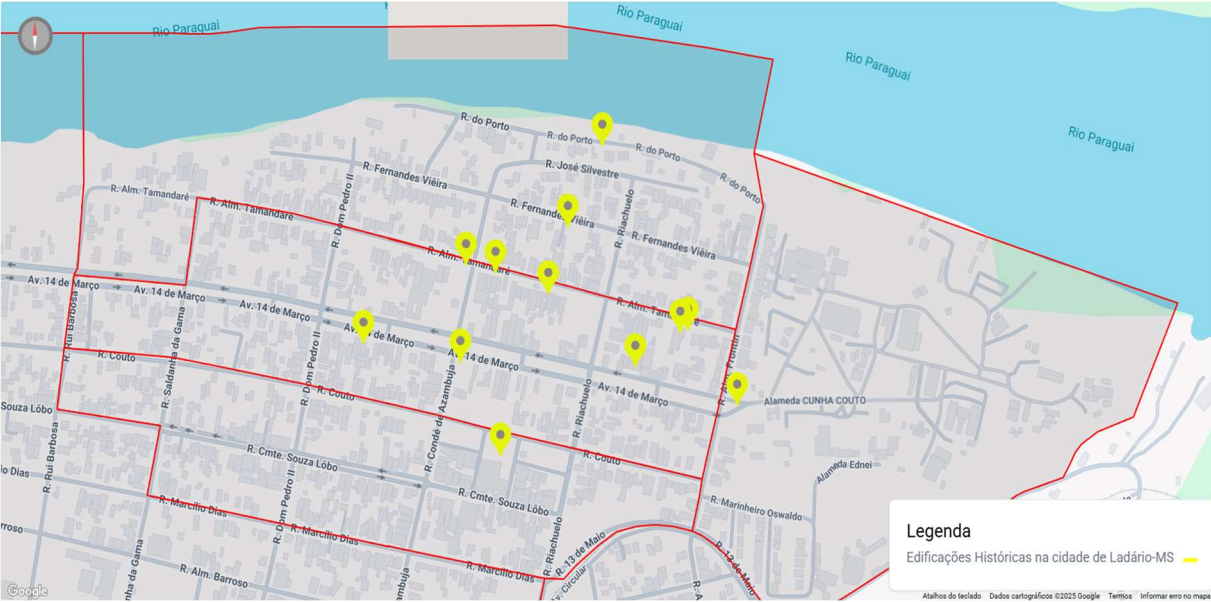
Edificações			
Item	Local	Construção	Estado de Conservação
1	Pórtico do Arsenal da Marinha	1873	Bom
2	Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios	1898	Bom
3	Loja. Maçônica Pharol do Norte	1881	Bom
4	Edificação Rosimeire Bezerra	1907	Bom
5	Centro Espírita Vicente de Paula	1914	Regular
6	Casarão	1911	Bom
7	A Lealdade	Início dos anos 30	Regular

8	Edificação Leonor de Matos	Início do Século XX	Regular
9	Antigo Comércio	Início do Século XX	Ruim
10	Edificação Leonor Corrêa Barraca	Década de 20	Regular
11	Edificação Carlos Anibal Ruso Pedrozo	1927	Ruim
12	Edificação José Ananias Pereira	Final do Século XIX	Ruim

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Marques (2001).

Dessas edificações, localizadas conforme a Figura 8 e de acordo com os dados do Iphan, temos apenas o Conjunto das fortificações brasileiras - Base Fluvial de Ladário tombado como edificação e acervo (P1) e o Templo Maçônico da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Pharol do Norte (P3) em processo de instrução de tombamento (Iphan, 2024).

Figura 8 - Localização das Edificações Históricas na cidade de Ladário-MS



Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma vez apresentados o contexto histórico da formação urbana de Ladário e os principais marcos edificados de seu processo de consolidação, torna-se necessário explicitar o referencial conceitual que orienta este estudo sobre patrimônio, preservação e restauração.

1.2 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural é reconhecido como um conjunto de elementos — narrativas, comportamentos, objetos e símbolos — que representam valores simbólicos e ajudam a construir uma identidade coletiva. Esses elementos são incorporados ao cotidiano dos grupos sociais por meio de práticas e representações que reforçam seus laços culturais e identitários (Corá, 2011).

Segundo Vogt (2011) o patrimônio cultural abrange o conjunto dos bens materiais e imateriais que, por seu valor intrínseco, são relevantes para a cultura de uma nação, grupo étnico ou social. O Iphan [s.d.-d] classifica esses bens em 4 grupos: patrimônio material, imaterial, arqueológico e mundial. Neste trabalho, o foco recai sobre o patrimônio material da cidade de Ladário.

O patrimônio material é composto pelo conjunto de bens culturais que podem ser imóveis ou móveis. Entre os bens imóveis incluem-se as cidades históricas, bens individuais, sítios arqueológicos e paisagísticos. Entre os bens móveis enquadram-se as coleções arqueológicas, acervos (museológicos, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos) (Iphan, [s.d.-e]).

A definição de “patrimônio cultural imaterial”, conforme a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) abrange:

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2006).

No que se refere ao patrimônio arqueológico, este é formado por sítios e coleções arqueológicas, as inscrições rupestres, sambaquis, as grutas e os locais de vestígios com atividade humana.

Arellano (2018) acrescenta que o patrimônio mundial é dividido em três categorias: patrimônio cultural (composto por monumentos, conjuntos e locais), patrimônio natural (lugares ou zonas naturais, formações geográficas e fisiológicas) e o patrimônio misto (combinação do cultural e natural).

Com o destaque para o Complexo Ferroviário da Noroeste do Brasil, Casario do Porto

de Corumbá, Ponte Eurico Gaspar Dutra, Forte Coimbra, Forte Junqueira, Base Fluvial de Ladário, Cemitério dos Heróis, as Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Iphan, 2019).

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que trata da regulamentação jurídica do patrimônio cultural brasileiro, define que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No âmbito do patrimônio imaterial, Vianna (2016) explica o conceito de patrimônio imaterial ou intangível pode ser compreendido com uma forma de nomear as referências simbólicas ligadas aos processos culturais, por exemplo temos a invenção, a transmissão, as práticas contínuas de tradições que são essenciais para construção de identidades de grupos, comunidades, povos e nações. O registro desses bens segue as diretrizes do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, sendo feitos em um dos Livros de Registro: formas de expressão, lugares, celebrações e ofícios (Iphan, 2019).

Esses livros são destacados no artigo 1º do decreto, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências (Brasil, 2000).

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens

culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo (Brasil, 2000).

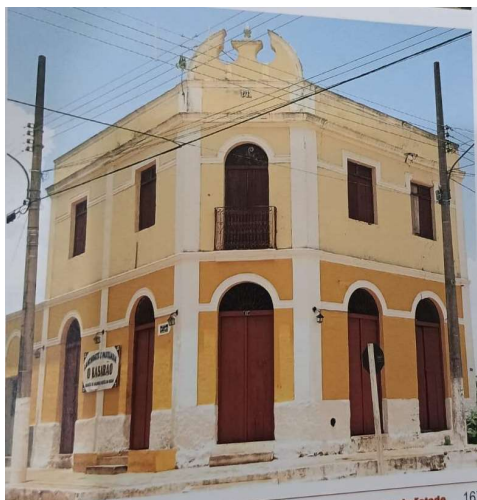
Dentre os bens culturais imateriais registrados no Estado de Mato Grosso do Sul, consultados no site do Iphan, obtivemos os seguintes resultados: Modo de fazer Viola-de-Cocho, Ofício dos Mestres e Mestras da Capoeira, Roda de Capoeira, Banho de São João de Corumbá e Ladário e Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil (Iphan, [s.d]). Embora o patrimônio imaterial seja de fundamental relevância para o patrimônio cultural, neste trabalho o patrimônio material edificado de Ladário será o foco de estudo.

Muitos são os desafios e problemas enfrentados para a garantia da efetividade da proteção e preservação do patrimônio cultural. No tópico a seguir, discutiremos um desses desafios, que constitui também uma das questões centrais deste estudo.

1.3 Um patrimônio (des)protegido

Inicialmente, daremos destaque a situações observadas e vivenciadas durante as experiências profissionais do autor nas cidades de Ladário/MS e Corumbá/MS, onde existem muitos prédios históricos em situação de abandono, outros em ruínas, descaracterizados, imóveis sem nenhuma ocupação, além de problemas estruturais internos e externos. Esse cenário de deficiências na proteção e preservação é notório, observado tanto em áreas históricas não reconhecidas, como de Ladário/MS, como em áreas de tombamento e entorno, como da cidade vizinha Corumbá/MS.

Em Ladário podemos citar o prédio Casarão ou Sobradinho por exemplo, que conforme a Figura 10 e 11 resiste parcialmente. O imóvel datado de 1911 de uso comercial na parte térrea e residencial na parte superior, desabou devido a um temporal conforme Santos (2013) apontou em seu estudo.

Figura 9- Fachada da edificação Casarão**Figura 10 -** Fachada da edificação Casarão

Fonte: Arruda (2009) e Acervo do Autor (2025).

Outro exemplo, agora em Corumbá - MS, vizinha de Ladário e integrante da mesma região fronteiriça, em matéria publicada em 07 de setembro de 2024, o portal G1 noticiou o desabamento do teto de um prédio histórico (Figura 11). A edificação que está localizada na Rua Manoel Cavassa, em uma área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na região portuária da cidade, ficou totalmente destruída, restando apenas a fachada do imóvel.

Figura 11 - Estado da estrutura do prédio histórico na Rua Manoel Cavassa após o desabamento

Fonte: G1 (2024).

Esse episódio evidencia a fragilidade estrutural de edifícios históricos negligenciados tanto em área de tombamento quanto em área de entorno, e reforça a urgência de ações efetivas

para a preservação do patrimônio arquitetônico não apenas em Corumbá, mas também em Ladário, onde importantes edificações também se destacam no cenário sul-mato-grossense. O tombamento não garante a proteção real das edificações do patrimônio cultural, ações e políticas públicas devem ser propostas e realizadas para garantia dos direitos desses bens, uma vez que importantes edificações correm risco semelhante de perda definitiva.

Nesse contexto do patrimônio cultural edificado da cidade de Ladário/MS, a criação de instrumentos municipais em áreas históricas são fundamentais para proteção e preservação desse rico mosaico de edificação. Alguns exemplos de instrumentos municipais serão destacados a seguir, que possibilitaram tombamento em outras esferas (estadual e federal).

1.4 Instrumentos de Preservação

O Iphan é responsável por proteger bens culturais materiais, classificados conforme os Livros do Tombo, que abrangem categorias como arqueologia, história, belas artes e artes aplicadas. “Os instrumentos de proteção do patrimônio material utilizados pelo Iphan visam garantir legalmente a preservação de bens de interesse cultural para o país. (Iphan, [s.d.-b])”

A Constituição Federal de 1988, conforme art. 216, ampliou essa concepção ao reconhecer também os bens imateriais e prever outras formas de preservação, como os registros, inventários, vigilância, tombamento e desapropriação (Iphan, [s.d.-a]).

De acordo com Rabello (2015) o tombamento visa preservar bens materiais contra mutilações e destruição, devido sua importância cultural devem ser conservados. Além disso, esse reconhecimento como patrimônio cultural nas três esferas (nacional, estadual e municipal) atende também ao direito coletivo público tanto de origem pública quanto privada.

No Quadro 4, constam os conceitos dos principais instrumentos de preservação utilizados pelo Iphan e referidos no Decreto-Lei nº25 de 1937:

Quadro 4 - Conceitos de instrumentos de preservação

Tombamento	“É um instrumento jurídico criado por lei federal que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos” (Rabello, 2015).
Registro	“É o instrumento criado pelo Decreto nº3551/2000, visando a salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico de

	relevância para sociedade brasileira”(Fonseca, 2015).
Inventário	“Inventariar um bem é produzir determinado conhecimento com base em parâmetros, critérios e recortes de acordo com análises sociais e territoriais. São meios alternativos de proteção dos bens do patrimônio cultural”(Motta; Rezende, 2016).
Vigilância	“A vigilância é concretizada no exercício de poder de polícia concedido aos órgãos públicos para agir em defesa do patrimônio cultural brasileiro, com ações de monitoramento, controle, fiscalização e acompanhamento “(Miranda, 2024).
Desapropriação	“É o procedimento que resulta na extinção dos direitos de alguém sobre determinado bem e sua incorporação. Por interesse baseado em necessidades ou utilidades públicas, mediante pagamento de indenização(Andrade, 2017).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já o tombamento, regulamentado desde 1937 pelo Decreto Lei nº.25, continua sendo um instrumento essencial, sobretudo para a proteção de edificações, paisagens e conjuntos urbanos (Iphan, [s.d.-c]). Esses bens materiais podem ser tanto imóveis, como cidades históricas e sítios arqueológicos, quanto móveis, como acervos de museus e arquivos diversos. Dentre os instrumentos de proteção do patrimônio material temos o tombamento, a valoração do patrimônio cultural ferroviário e a chancela da paisagem cultural (Iphan, 2019).

Além disso, a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, já consolidada pelo Iphan ([s.d.-c]), também é relevante no reconhecimento, proteção e identificação dessas edificações não reconhecidas, como é o caso de Ladário.

Dentre os destaques, podemos citar a cidade de Corumbá com os seguintes bens tombados e o instrumento utilizado na sua preservação no Quadro 5:

Quadro 5- Instrumentos de preservação utilizados em Corumbá-MS

Nome do Bem	Tombamento Municipal	Tombamento Estadual ou Federal
-------------	----------------------	--------------------------------

Casario do Porto de Corumbá-MS	Decreto nº 129/1985	Nível Federal Processo Nº 1182-T-85, de 09/12/1993 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Insc. nº 109 de 28/09/1993 (Vol. 1; F.070-073); Livro de Tombo de Belas Artes: Insc. 603 de 28/09/1993. (Vol.2; F.024-026). Livro de Tombo Histórico. Insc. 535 de 28/09/1993 (Vol.2; F.021-023)
Estação Ferroviária da Antiga Nob	Lei nº 1502/1997	Lei Estadual nº 1.735/1997
Catedral Nossa Senhora da Candelária	Lei nº 1748/2017	Dec. Nº 15.709, 29/06/2021. Publicado no DOE Nº 10.555, 30/06/2021, pg. 05 e 06. Processo nº 69/100.082/2017. DOE nº 9.466 de 07/08/2017, pg. 26. Decisão do Conselho Estadual de Cultura. Livro do Tombo Histórico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como apresentado no Quadro 4, o reconhecimento a nível municipal, dos bens patrimoniais através de instrumentos de preservação, possibilitou posteriormente seu reconhecimento ao nível estadual ou federal com o Casario do Porto de Corumbá, a Estação Ferroviária da Antiga Nob e a Catedral Nossa Senhora da Candelária.

Em Ladário podemos citar o Santuário Nossa Senhora dos Remédios, tombado pelo município pela Lei Ordinária nº 969/2016 e a imagem de Nossa Senhora dos Remédios pela lei municipal 960/2016, além do tombamento federal do Pórtico da Base Naval (6º DN) e da muralha da Base Naval e algumas peças de artilharia.

Cabe ainda ressaltar que, ainda são poucos os imóveis reconhecidos a nível municipal, de valor histórico e cultural para a sociedade. Também são destaques vários imóveis reconhecidos a nível federal, mas que ainda não têm reconhecimento local e imóveis não chancelados em área de entorno, por exemplo.

Na próxima subseção abordaremos os principais nomes de destaque na época, suas vertentes e a evolução durante os séculos até os dias atuais, essa visão do patrimônio foi remodelada durante os anos, assim como as técnicas de restauração.

1.5 Evolução da restauração e do patrimônio

Com as intervenções cada dia mais necessárias no patrimônio cultural, o debate acerca do assunto está cada vez mais evidenciado na sociedade. Essa mudança na visão patrimonial teve destaque desde a primeira metade do século XIX até o momento nos autores do Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Autores e suas visões sobre patrimônio e restauro.

Autor	Visão
Viollet-le-Duc	Segundo o autor, o restaurador deve se colocar na mentalidade do arquiteto original do projeto, buscando não somente os resultados do mesmo, mas também outras percepções e possibilidades. Seu pensamento sobre restauro de edifícios é contrário à manutenção, reparos e qualquer obra para refazê-lo, gerando perdas de elementos originais em várias obras de restauros históricas.
Ruskin	Para Ruskin os monumentos não devem ter nenhuma intervenção ou toque, existindo pelo período natural. O autor defende o estado atual do prédio e seu desgaste ao longo do tempo, sem a substituição dos materiais e manutenções necessárias, que causaria uma destruição em sua visão.
Boito	O arquiteto italiano Camillo Boito estabelece princípios de destaque até hoje, onde devem ser diferenciadas dentro de um processo de restauração as partes originais e as restauradas, com mínimo de intervenção. O respeito pelos monumentos (considerados como documentos históricos), assim como as adições em períodos diferentes (que devem ser mantidas) são alguns princípios do restauro arqueológico propostos pelo autor.
Riegl	No século XX, Alois Riegl determina que os critérios de preservação devem também ser aplicados em obras com valor simbólico ou com apelo social, trazendo para os monumentos

	questões além da parte histórica e artística.
Brandi	Cesare Brandi, destaque na história do restauro, dividia os objetos a serem restaurados em duas categorias: produtos industriais e o grupo das obras de arte. Para o autor a compreensão da história inserida no objeto restaurado é fundamental, além de manutenção dos traços temporais e os princípios estéticos.
Muñoz	Salvador Muñoz Viñas propõe uma teoria contemporânea, com a conservação envolvendo as pessoas, e seu afeto pelos objetos, e os profissionais, buscando satisfazer a maioria. O foco na natureza simbólica, seus significados sociais e sentimentais.

Fonte: Adaptado de Braga (2003), Granato e Campos (2013)

As discussões contemporâneas sobre o conceito de patrimônio cultural estão fortemente relacionadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento, sendo esses aspectos fundamentais para a valorização, o respeito e a preservação desse patrimônio. Foi com base nessas percepções que ocorreram mudanças significativas na forma como o patrimônio é concebido atualmente, refletidas até mesmo na reformulação de seu próprio nome (Maltêz *et. al.* 2010).

De acordo com Gonçalves (2002), os debates sobre patrimônio cultural brasileiro tiveram proporção considerável nos anos 1970 e 1980, trazendo referência à luta política das autoridades culturais, à necessidade de proteção e preservação e à identidade nacional. Duas narrativas são destacadas pelo autor, a primeira vinculada ao nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao antigo Sphan (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), já a segunda associada ao nome de Aloísio Magalhães e as renovações de cunho ideológico e institucional da política de patrimônio cultural.

Na narrativa de Rodrigo, a busca pelo reconhecimento do “patrimônio histórico e artístico” pela população e a necessidade de preservação são pontos relevantes em seu discurso. Já Aloísio, que assumiu a direção do Sphan em 1979, destaca a noção de “bens culturais” trazendo o contexto do cotidiano em sua narrativa. O autor ainda aborda a necessidade de contato entre a população local e os profissionais envolvidos no patrimônio cultural, destacando a diversidade cultural brasileira e trazendo o passado como referência para o presente e ações futuras (Gonçalves, 2002).

Essa diversidade cultural do Brasil, conforme apresenta Lourenço (2015), denota a

necessidade de esforços para assegurar a participação efetiva das comunidades nos processos de patrimonialização. Além disso, a autora reforça a articulação de instrumentos como tombamento e o registro tanto para preservação dos espaços quanto para a continuidade das práticas culturais desenvolvidas nos mesmos.

Para Fonseca (2009) a imagem construída pelas políticas patrimoniais não reflete a totalidade da diversidade cultural do Brasil, assim como as tensões e conflitos característicos do país. A expressão “patrimônio histórico e artístico” para autora traz referência a população de monumentos antigos a serem preservados, obras de arte excepcionais e locais de referência de marcos históricos. A limitação de instrumentos de acautelamento durante os últimos anos acarretou a compreensão do termo “preservação” vinculado ao tombamento, além de reforçar a ideia de políticas patrimoniais conservadoras e elitistas que privilegiam grupos dominantes, como os de tradição europeia, por exemplo.

Atualmente, de acordo com Maltêz *et. al.* (2010) considera-se patrimônio cultural uma ampla diversidade de elementos, abrangendo desde edificações de reconhecido valor histórico até manifestações culturais do cotidiano, como: pratos típicos, danças, saberes tradicionais, práticas e costumes diversos. Gonçalves (2019) acrescenta que o patrimônio é frequentemente entendido como uma expressão de identidade e memória de grupos sociais, sendo reconhecido por esses grupos e pelo Estado como algo que os identifica e os define.

Conforme aponta Lourenço (2015) em seu estudo sobre preservação cultural, muitos dos bens considerados parte do patrimônio cultural brasileiro deixam de cumprir sua função social e não apresentam sustentabilidade. Em muitos casos, mesmo após processos de restauração, os edifícios históricos permanecem estáticos e desconectados da vida cotidiana da comunidade. Isso ocorre, em grande parte, porque os projetos de preservação não levam em conta os interesses e necessidades da população local, limitando seu acesso e usufruto. Além disso, são raras as iniciativas que utilizam o valor cultural desses bens como ferramenta para garantir sua manutenção e continuidade no futuro.

Com as devidas definições e considerações sobre patrimônio, a seguir serão abordados conceitos e definições, que são essenciais na análise deste estudo e também na elaboração de projetos de preservação das edificações históricas do patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com Gomide, Silva e Braga (2005) e Pinheiro e Salomão (2021), apresentamos no Quadro 7 os principais conceitos e definições utilizados neste estudo:

Quadro 7 - Conceitos e definições sobre patrimônio

Termo	Conceito/Definição
--------------	---------------------------

Edifício Histórico	Compreendido como uma construção que carrega um valor simbólico ou cultural, mantendo uma ligação com acontecimentos passados que ainda despertam interesse ou identificação nas pessoas atualmente.
Conservação	Conjunto de medidas aplicadas com o objetivo de estender a durabilidade de um bem cultural, envolvendo diferentes formas de intervenção que buscam preservar suas características e integridade ao longo do tempo.
Preservação	Prática de manter uma estrutura ou local em seu estado atual, com o intuito de evitar ou retardar processos de deterioração que possam comprometer sua integridade ao longo do tempo.
Restauração ou restauro	Conjunto de procedimentos voltados para recuperar a unidade de uma edificação, considerando tanto seu projeto original quanto intervenções relevantes ao longo de sua história. Esse processo deve se basear em estudos e levantamentos precisos, garantindo que as partes restauradas possam ser diferenciadas das originais, sendo, portanto, a forma de conservação que exige o maior grau de especialização técnica.

Fonte: Adaptado de Gomide, Silva e Braga (2005) e Pinheiro e Salomão (2021)

A seguir, daremos destaque às características dos estilos arquitetônicos presentes nas edificações em destaque no estudo, assim como nos estilos presentes nas fichas cadastrais dos imóveis da área tombada de Corumbá e do patrimônio arquitetônico brasileiro.

1.6 Estilos Arquitetônicos

Rezende (2008) destaca, entre os estilos identificados, o *Art Déco*, *Art Nouveau*, Barroco, Clássico/Classicismo, Eclético/Ecletismo, Modernismo/Moderno, Neoclassicismo, Neocolonial, Gótico, Pombalino, Rococó e o Romantismo.

O Quadro 8 caracteriza os principais estilos arquitetônicos destacados por Rezende (2008), relacionando suas origens, as características, principais técnicas e particularidades de cada um:

Quadro 8 - Características dos estilos arquitetônicos

Estilo	Origem	Características principais
--------	--------	----------------------------

Gótico	França, primeira metade do século XII	Ruptura com o estilo românico; uso de arcos ogivais, abóbadas pontiagudas, pilares esbeltos e contrafortes; busca por leveza e altura nas construções. (Ramirez, 2005)
Clássico / Classicismo	Itália renascentista (séculos XV–XVI)	Retomada dos valores da Antiguidade: simetria, proporção, monumentalidade e equilíbrio. (Koch, 1996)
Barroco	Itália, final do século XVI	Sofisticação espacial e teatralidade; contrastes de luz e sombra; integração entre pintura, escultura e arquitetura. (Montes; Amarante, 2023)
Rococó	Paris, 1720–1730	Estilo ornamental e delicado; curvas e contracurvas; cores claras, dourados e espelhos; exuberância decorativa. (Hohenadel, 2024)
Neoclássico	Europa, século XVIII e XIX	Uso de formas clássicas equilibradas e simétricas, com predominância de linhas retas e superfícies lisas, apresentando uma ornamentação sóbria inspirada na antiguidade greco-romana. Utilização de pórticos, colunatas e monumentos que remetem aos templos clássicos. (Koch, 1996)
Pombalino	Portugal, 1755–1880	Arquitetura racional e modular; uso de madeira em gaiolas estruturais (gaiola pombalina); reconstrução pós-terremoto de Lisboa. (Ferreira; Oliveira, 2024)
Romantismo	Inglaterra, Alemanha e Suíça, fim do séc. XVIII	Reação ao racionalismo e neoclassicismo; valorização da emoção, da natureza e da individualidade; mescla eclética de estilos. (Koch,

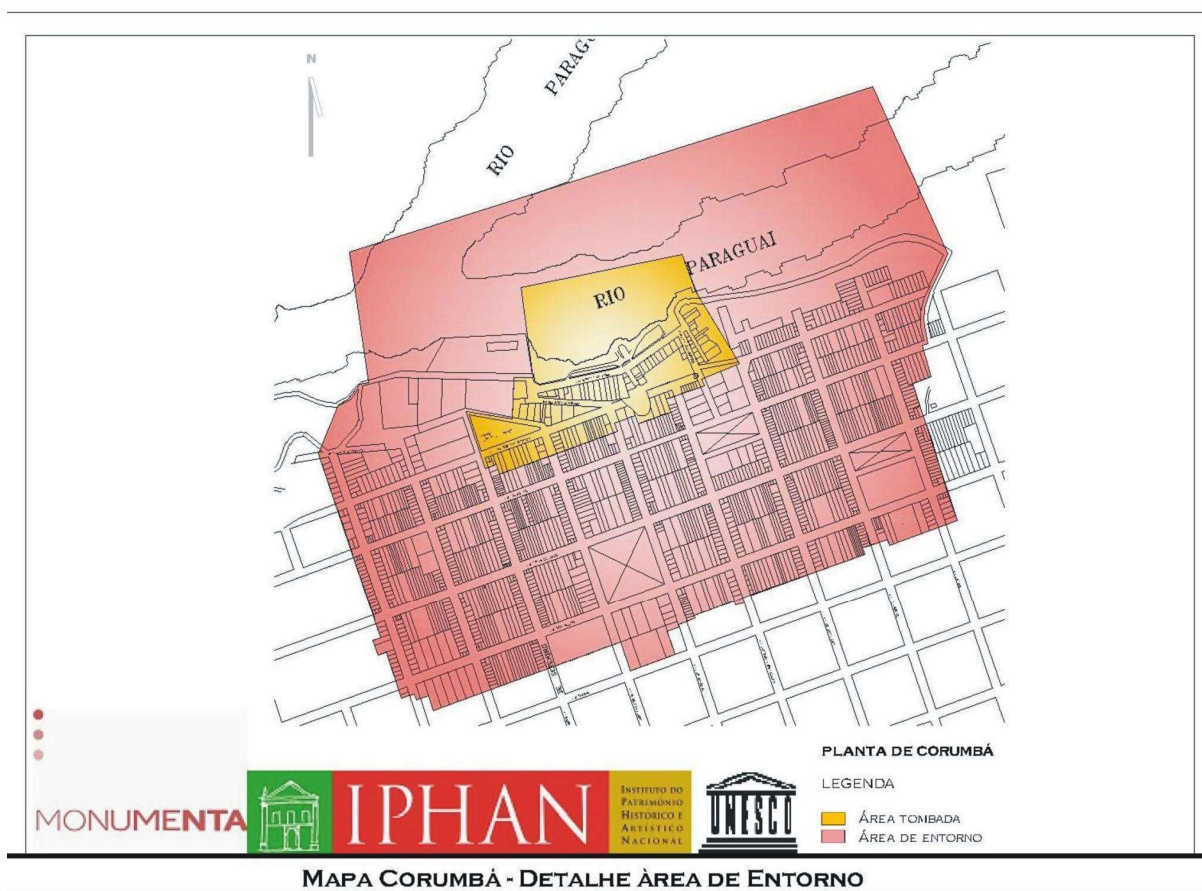
		1996)
Eclético	Europa, séc. XVIII–XIX (predominante no XIX)	Combinação livre de estilos históricos; mistura de elementos de várias tradições; expressão do progresso e da modernidade. (Seffrin, 2012)
Art Nouveau	Europa, fim do séc. XIX e início do XX	Ornamentação orgânica, linhas curvas e assimétricas; inspiração na natureza; liberdade criativa e decorativa. (Ghisolfi, 2023; Freitas, 2021)
Neocolonial	Brasil, início do séc. XX	Retomada das formas coloniais portuguesas e brasileiras; uso de azulejos, telhas cerâmicas e varandas; valorização da identidade nacional. (Mascaro, 2008)
Modernismo / Moderno	Alemanha, França e Suíça, início do séc. XX	Valorização da função, da geometria e da racionalidade; redução de ornamentos; uso de vidro, concreto e aço. (Reis, 2019)
Art Déco	França, 1920–1940	Formas geométricas, linhas verticais, luxo e materiais nobres; simboliza modernidade e glamour urbano. (Lette, 2022; Coelho, 2024)

Fonte: Organizado pelo autor

1.7 Fichas Cadastrais

As fichas cadastrais da área tombada de Corumbá, Figura 12, serão utilizadas como parâmetro para análise dos imóveis da área de estudo de Ladário. Os imóveis desta área totalizam 108 unidades, sendo 64 imóveis da parte baixa (Casario do Porto de Corumbá) e 44 da parte alta.

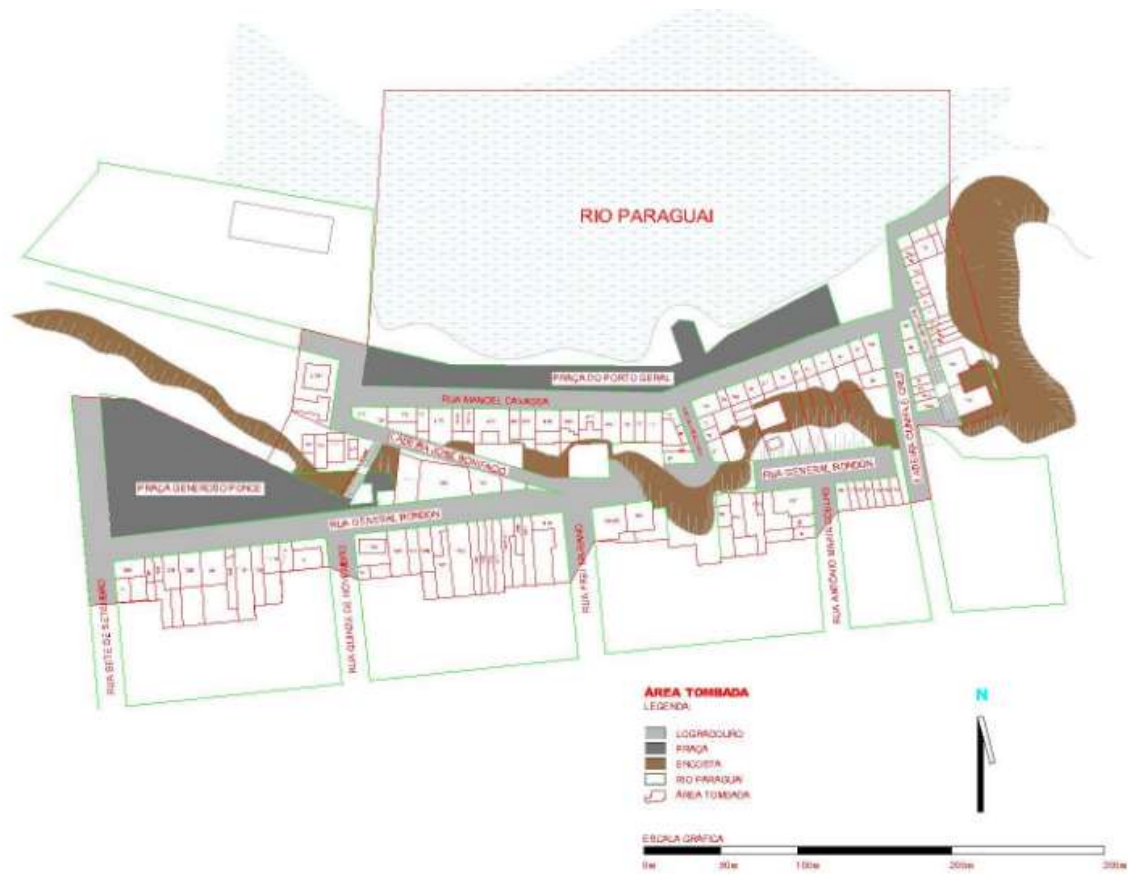
Figura 12 - Planta da área tombada e do entorno, na cidade de Corumbá. A área tombada está destacada na cor amarela



Fonte: Iphan (2007)

As fichas cadastrais apresentam informações referentes aos imóveis da área delimitada da Figura 13, como os elementos arquitetônicos existentes, levantamento fotográfico, mapa de localização, planta de situação, planta baixa, dados dos proprietários e locatários, uso atual, estado de conservação.

Figura 13 - Mapa delimitando a área tombada de Corumbá/MS



Fonte: Iphan (2007)

3 METODOLOGIA

Diante da complexidade do objeto investigado e da necessidade de compreender tantos os aspectos simbólicos quanto os dados objetivos relacionados à conservação do patrimônio material de Ladário, este estudo adota uma abordagem qualitativa e quantitativa. A combinação dos dois métodos permite uma análise mais abrangente, aliando a observação e a interpretação contextual com o levantamento sistemático de dados mensuráveis.

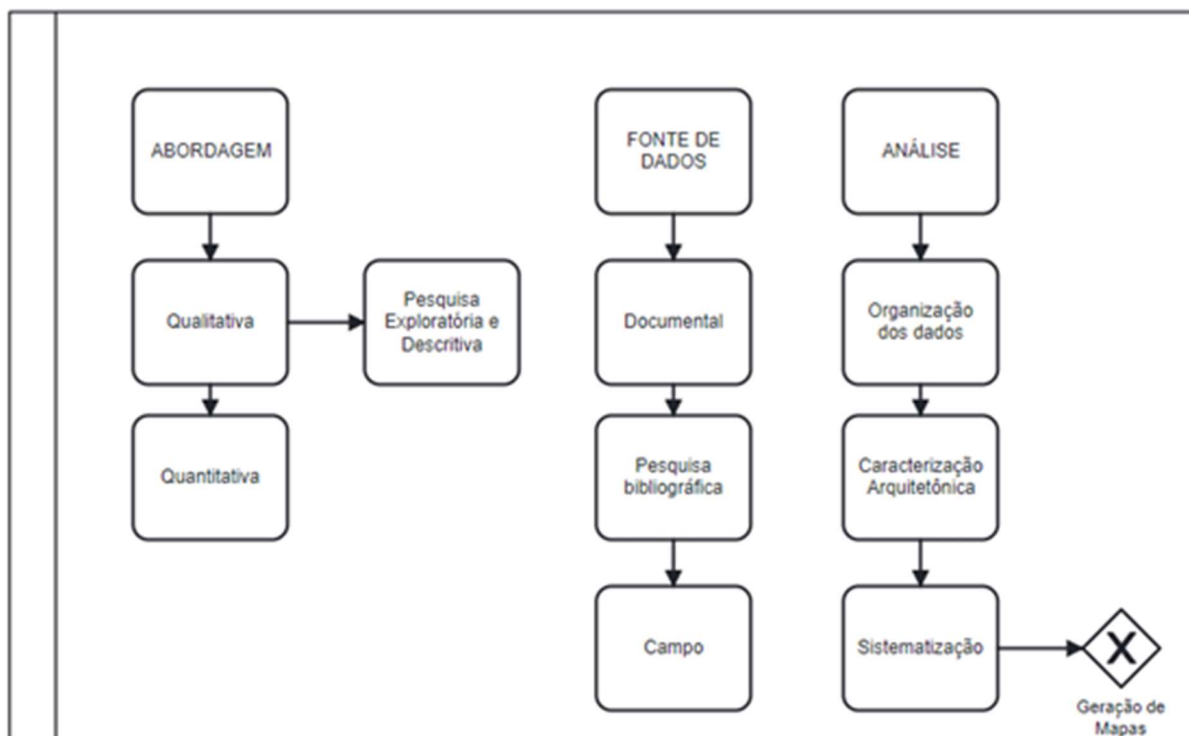
Conforme Rossman e Rallis (1998 apud Creswell, 2007), a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, com o pesquisador imerso no ambiente estudado, utilizando-se de observações abertas, entrevistas e análise documental. A coleta de dados é ampla nas pesquisas qualitativas.

Já a pesquisa quantitativa, segundo Chizzotti (1995) “[...] prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis. Nesse sentido, como apontam Moreira e Caleffe (2008, p. 93) “[...] a pesquisa quantitativa explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas”.

Baseado em Santos (2002), quanto à finalidade a pesquisa é aplicada, importante na geração de produtos, processos e conhecimento científico.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório, que é realizada quando o objetivo é examinar, entre outras possibilidades, sobre temas e áreas que possuem campos de discussão ainda abertos e que ainda são pouco conhecidos (Sampieri, Collado e Lucio, 2013; Lösch, Rambo e Ferreira, 2023), e caráter descritivo, pois tem como objetivo detalhar as propriedades, características e perfis de indivíduos, grupos, comunidades, processos, objetos [...], sendo então, útil para mostrar com precisão os ângulos ou dimensões de um fenômeno, acontecimento, comunidade, contexto ou situação.

O trabalho ancora-se em três eixos metodológicos principais, conforme Figura 14: a pesquisa documental, o levantamento de campo e a análise técnico-interpretativa das edificações.

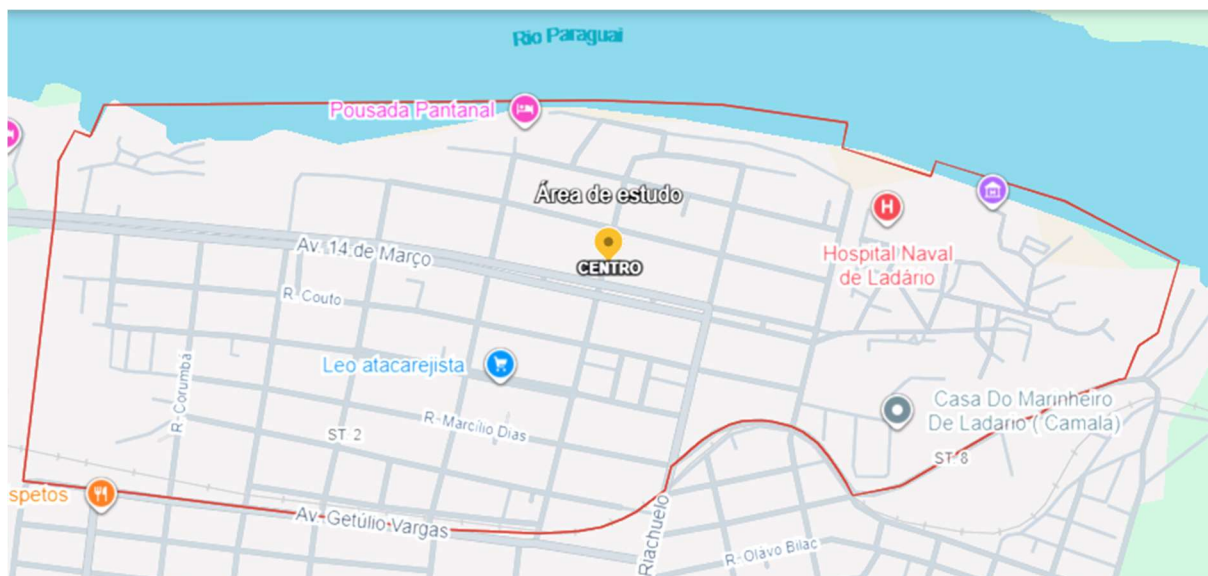
Figura 14 - Estratégias e instrumentos de coleta de dados

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental da formação histórica, urbana e cultural da cidade de Ladário, com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento do município e seu patrimônio arquitetônico. Foram consultadas obras acadêmicas, arquivos históricos, relatórios institucionais, publicações e autores como Nascimento (2002), Chaparro (2021), Cardoso (2020) e Marques (2001), entre outros.

A etapa seguinte consistiu na realização de visitas técnicas in loco, com o intuito de observar, registrar e mapear as edificações identificadas como representativas do patrimônio material de Ladário. A definição da área de estudo baseia-se na delimitação de área histórica de Chaparro (2021) que traz referência ao perímetro de implantação do Arsenal da Marinha de 1871, assim como nas principais ruas que partem do Pórtico do Arsenal da Marinha sentido a Corumbá, conforme delimitação na Figura 15.

Figura 15 - Mapa da área de estudo



Fonte: Google Maps.

Esse levantamento incluiu o registro fotográfico das fachadas, a localização geográfica por meio de coordenadas e mapas, a análise visual do estado de conservação, das características dos elementos e das técnicas construtivas das edificações e a identificação de vestígios de descaracterização ou abandono dos imóveis.

A análise visual foi realizada através da técnica de observação das fachadas com foco nas suas ornamentações, nos elementos presentes, nas datações inscritas, nas técnicas construtivas e na similaridade com os estilos arquitetônicos presentes na região fronteiriça e registrados *in loco* com o aplicativo *Google Planilhas*.

O critério de seleção dos imóveis levou em consideração os elementos das fachadas das coletâneas de Arruda (2009) e Marques (2001 e 2024), assim como das características dos imóveis das fichas cadastrais dos imóveis da área tombada de Corumbá/MS.

A partir dos dados coletados, procedeu-se a análise segundo os critérios de caracterização arquitetônica e as condições de conservação e risco das edificações. Além disso, foi utilizado um sistema de categorização estilística, identificando influências predominantes, como o Eclético, o *Art Decó*, o Modernista, Neoclássico e o Neocolonial.

Para fins de sistematização, foi elaborada uma tabela síntese contendo o endereço, o período provável de construção, quando disponível, o estado de conservação, baseado na classificação adotada pelo IPHAN nas fichas cadastrais utilizadas nos imóveis da área tombada de Corumbá, o estilo arquitetônico e as coordenadas geográficas de cada edificação.

Para melhor compreensão da distribuição territorial das edificações históricas, foi elaborado um mapa de localização com base nos dados obtidos em campo, utilizando os softwares de geoprocessamento, Google Earth e Google Maps, permitindo a visualização da

concentração espacial dos imóveis.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa de campo, abrangendo o levantamento das edificações e dos vestígios históricos, a análise das fachadas e dos estilos arquitetônicos identificados, bem como a proposta de delimitação de área de tombamento federal e de áreas de entorno no município de Ladário/MS.

4.1 Levantamento das edificações e vestígios históricos

Neste trabalho, para diagnóstico das condições das edificações, utilizamos os critérios de classificação de estado de conservação adotados no relatório do Iphan(2007), listado no Quadro 9.

Quadro 9 - Critérios adotados pelo IPHAN para classificação de estado de conservação em áreas tombadas de Corumbá

Estado de Conservação	Descrição do imóvel
Em reforma	Imóveis em fase de construção e reforma.
Restaurado	Imóveis que foram reformados com critérios de restauração, mantendo as características originais.
Bem conservado	Imóveis que aparentemente sofreram reformas ou manutenção parcial, mas que continuam precisando de restauro.
Mal conservado	Imóveis preservados e que se apresentam em péssimo estado de conservação, precisando urgentemente de manutenção.
Caracterizado	Imóveis que mantêm suas características originais

Descaracterizado	Imóveis que sofreram intervenções ao longo dos anos, modificando sua fachada original
Deteriorado Interno	Imóveis que se encontram em péssimo estado de conservação na área interna da edificação.
Deteriorado Externo	Imóveis que se encontram em péssimo estado de conservação na fachada externa da edificação.
Em ruínas	Imóvel que, apesar das condições de abandono ou ruína, possui possibilidades de ser restaurado, reaproveitando as partes existentes.

Fonte: IPHAN (2007)

A seguir será apresentado a linha do tempo dos estilos arquitetônicos encontrados em Ladário (Figura 16), apresentado uma amostra de cada estilo, assim como as características, período e local de origem.

A Figura 16 apresenta, em forma de linha do tempo, a evolução dos estilos arquitetônicos identificados nas edificações analisadas, destacando cinco vertentes predominantes: Neoclássico, Eclético, *Art Déco*, Modernismo e Neocolonial. Observa-se que a maior concentração de exemplares situa-se entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período que coincide com a consolidação urbana de Ladário e com o auge das atividades portuárias e militares na região, conforme discutido nas seções anteriores.

Figura 16 - Linha do tempo dos estilos arquitetônicos em Ladário



Fonte: Adaptado de Marques (2024)

Cada estilo é acompanhado por um exemplo de edificação classificado nesse estudo, permitindo compreender a transição entre os períodos históricos e a incorporação de elementos construtivos e ornamentais que refletem diferentes momentos de desenvolvimento urbano e cultural da região. Essa representação visual contribui para contextualizar as influências arquitetônicas que moldaram o cenário urbano ladarense.

O Quadro 10 apresenta o levantamento fotográfico realizado na fase inicial das visitas técnicas in loco às edificações históricas elencadas por Marques (2001) e Arruda (2009). As edificações foram classificadas conforme os estilos arquitetônicos e o estado de conservação atual observados, seguindo os critérios estabelecidos no Quadro 9.

Quadro 10 - Levantamento fotográfico das Edificações Históricas descritas por Marques (2001) e Arruda (2009)

Neoclássico e Art Déco



Pórtico do Arsenal da Marinha

Estilo: Neoclássico

Estado: Caracterizado



Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios

Estilo: *Art Déco*

Estado: Caracterizado

Eclético e Neocolonial



Loja Maçônica Pharol do Norte

Estilo: Eclético

Estado: Caracterizado



	Edificação Rosimeire Bezerra Estilo: Eclético Estado: Caracterizado
 Centro Espírita Vicente de Paula Estilo: <i>Eclético</i> Estado: Caracterizado	 Casarão Estilo: <i>Eclético</i> Estado: Em ruínas
 A Lealdade Estilo: Eclético Estado: Caracterizado	 Edificação Leonor de Matos Estilo: Eclético Estado: Mal conservado



Antigo Comércio

Estilo: *Eclético*

Estado: Descaracterizado



Edificação Leonor Corrêa Barraca

Estilo: *Eclético*

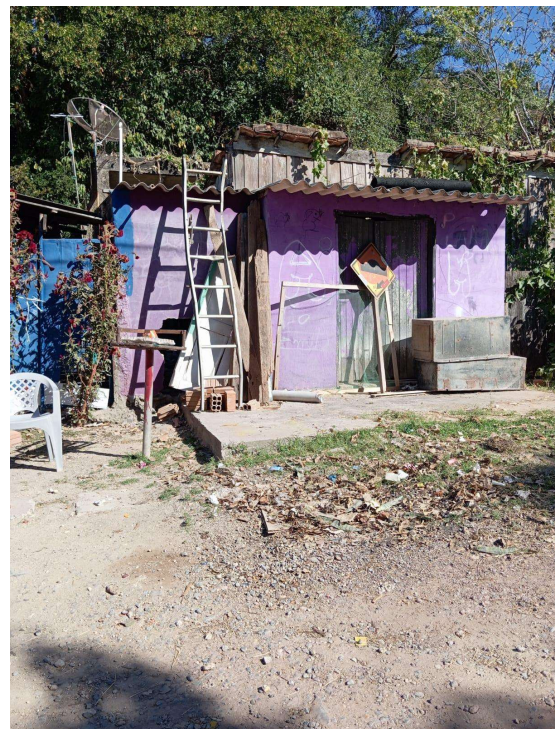
Estado: Em ruínas



Edificação Carlos Anibal Ruso Pedrozo

Estilo: *Eclético*

Estado: Em ruínas



Edificação José Ananias Pereira

Estilo: Neocolonial

	Estado: Descaracterizado
--	---------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 Análise das fachadas

Foram observadas as características arquitetônicas nas regiões próximas às edificações históricas do Quadro 10, e ainda a busca de possíveis vestígios históricos no entorno das ruas paralelas e perpendiculares ao Pórtico do Arsenal da Marinha. No Quadro 11, elencou-se as principais características e técnicas construtivas dos estilos identificados na cidade de Ladário.

Quadro 11 - Análise das fachadas de amostras da área de estudo

Edificação	Elementos
 Estilo: Neoclássico	Embasamento
	Platibanda
	Pedestais
	Balaustre
	Arquitrave
	Dado
	Cornija
	Bossagem
	Colunas
	Arco pleno
	Capitéis
	Frisos
	Epígrafe
	Simetria
	Coroamento
	Embasamento
	Balaustre
	Platibanda

 Estilo: Eclético	Cornija
	Corpo
	Coroamento
	Molduras
	Esquadrias com bandeiras
	Arco pleno
	Elementos em relevo
	Capitéis
 Estilo: Neocolonial	Simetria
	Telha cerâmica
	Esquadrias de madeira
	Telhado duas águas
	Simetria
	Recuo frontal
	Pintura em tons claros
	Cores mais fortes em esquadrias
 Estilo: Modernismo	Concreto Armado
	Sacada
	Piso em caquinhos
	Linhas retas
	Janelas tipo fita
	Ferro e vidro
	Platibanda
	Ornamentos simples

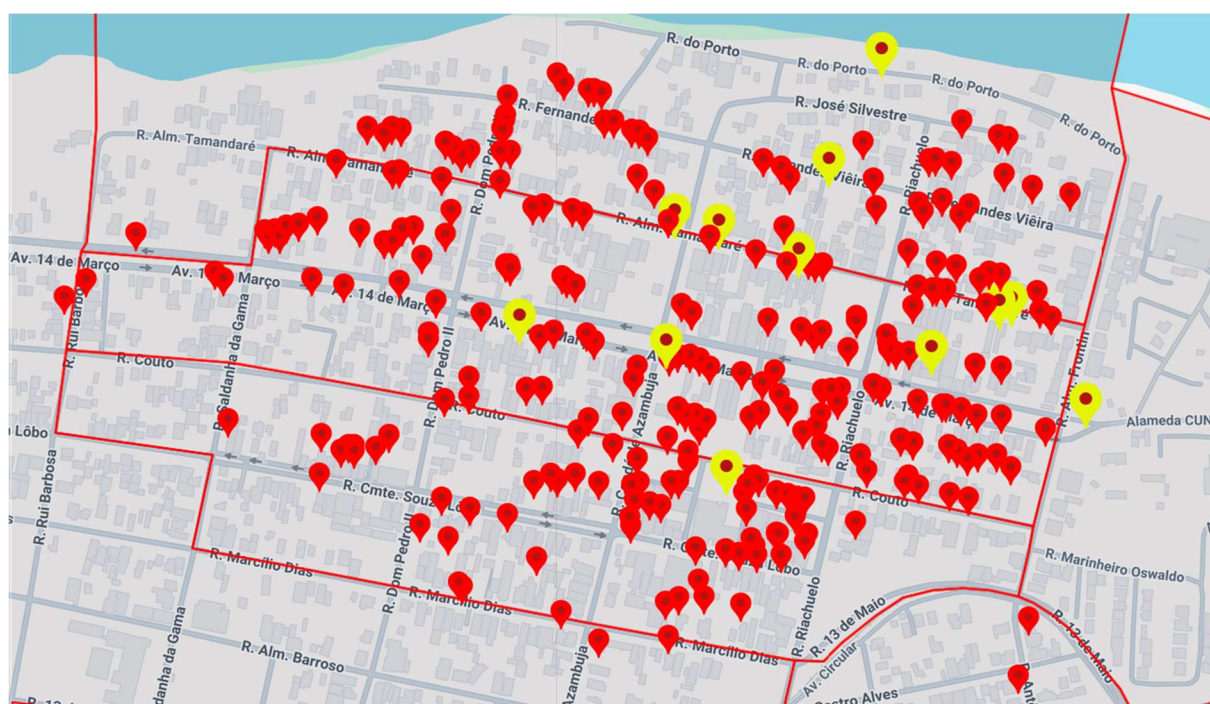
 Estilo: <i>Art Déco</i>	
	Simetria não-rígida
	Frontão semi-circular
	Telha cerâmica
	Esquadrias metálicas com ornamentos
	Arco pleno
	Elementos geométricos
	Epígrafe
	Escalonamento
	Pilaretes marcados
	Recuo frontal
	Varanda
	Fechamento frontal meia altura

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise das fachadas e de seus elementos característicos de cada estilo, pode-se ratificar as fortes influências europeias destacadas por Lima (2013) no período pós-guerra do Paraguai, materializadas através das construções como de Cuiabá (MT), Cáceres (MT) e Corumbá (MS) e Porto Murtinho (MS).

Foram realizadas 10 visitas a campo para levantamento do estado atual das edificações, conforme apresentado na Figura 17 e destacando-se em amarelo as edificações citadas por Marques (2001) e Arruda (2009), assim verificando a distribuição espacial das edificações na área de estudo.

Figura 17 - Mapa de localização das edificações



Fonte: Elaborado pelo autor.

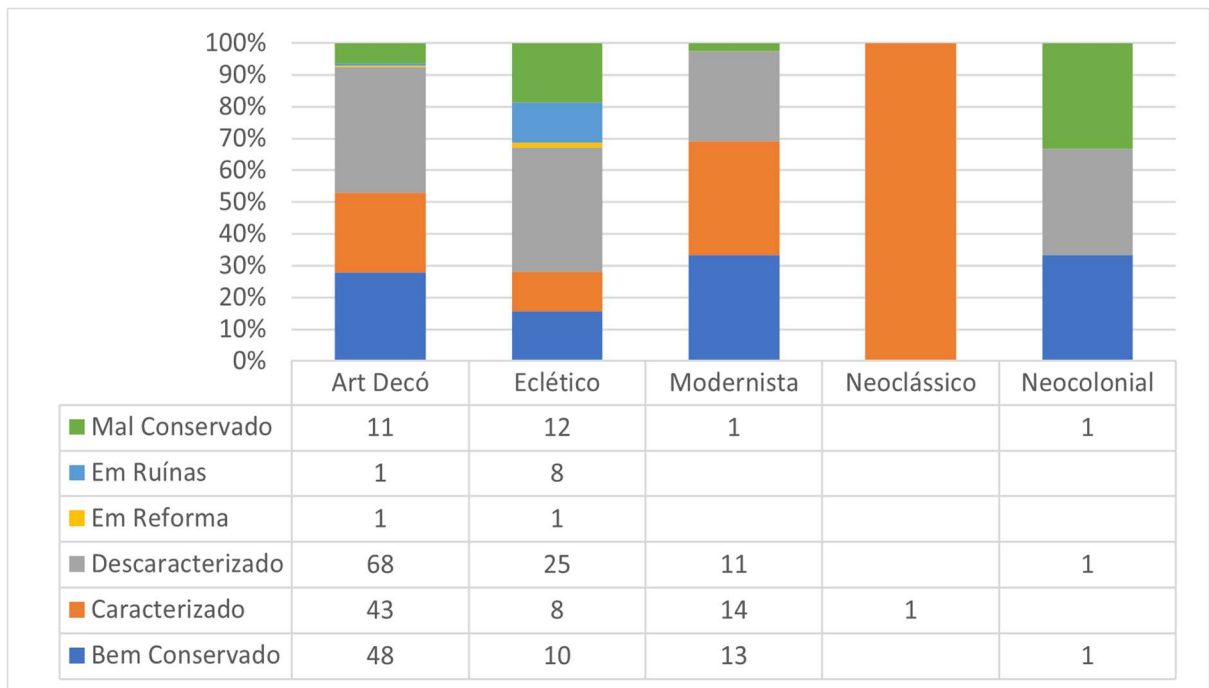
A distribuição espacial das edificações históricas ao longo da área de estudo confirma o papel estruturador da Avenida 14 de Março no traçado urbano de Ladário. Observa-se uma concentração expressiva de imóveis nesse eixo viário e em suas conexões diretas com as ruas Almirante Tamandaré, Cunha Couto, Comandante Souza Lobo, Fernandes Vieira e Riachuelo, justamente os trechos identificados, na Seção 2, como resultantes da expansão urbana associada ao Arsenal da Marinha e ao fortalecimento da fronteira oeste. Essa configuração evidencia que o patrimônio edificado de maior relevância acompanha os aspectos históricos do crescimento da cidade, reforçando a centralidade da Avenida 14 de Março como eixo de articulação entre o pântano do 6º Distrito Naval e a cidade de Corumbá.

Com base nas visitas de campo e na identificação de vestígios arquitetônicos relacionados ao mesmo período histórico das edificações destacadas por Marques (2001) e Arruda (2009), foi elaborado o mapa de estilos da área de estudo (Figura 18), permitindo visualizar a distribuição espacial dos diferentes estilos arquitetônicos no tecido urbano de Ladário.

Dentre os destaques da Figura 18, temos o prédio da Loja Maçônica de 1874, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios com obra iniciada em 1878 e concluída em 1898, O Casarão de 1911 e as casas Leonor Matos, Leonor Barraca e Carlos Pedrozo, erguidas entre 1910 e 1930 (Arruda, 2009). Além disso, foi possível identificar as datações presentes em vários imóveis, inscritas na parte superior das fachadas entre 1899 e 1964, essa tendência é abordada por

que o período de maior adensamento construtivo de Ladário coincide com a consolidação urbana pós-Guerra do Paraguai, presença militar e com o auge da navegação fluvial e das atividades comerciais, tal como discutido na Seção 2.

Figura 19 - Relação entre estilo arquitetônico e estado de conservação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista do estado de conservação, os dados revelam uma relação preocupante entre o valor histórico e a vulnerabilidade física: parte significativa das edificações com estilos reconhecidamente marcantes para a paisagem urbana, especialmente *Art Déco* e Eclético, encontra-se descaracterizada, mal conservada ou em ruínas, como observada na Figura 20. Essa correlação parcial entre relevância arquitetônica e precariedade reforça a urgência de políticas de preservação que considerem simultaneamente o valor simbólico e a condição estrutural das edificações.

Figura 20 - Gráficos de conservação e estilos arquitetônicos

Figura A: Gráfico do estado de conservação

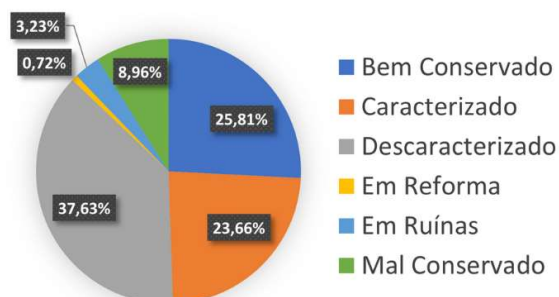
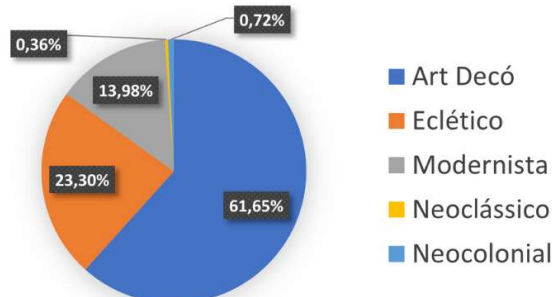


Figura B: Gráfico dos estilos arquitetônicos da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no levantamento dessas edificações, pode-se verificar os mesmos estilos e tendências, Ecletismo e *Art Déco*, da época identificadas por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020). Sendo essas influências atribuídas pelo autor ao comércio e as navegações internacionais, remetendo às raízes portuárias que carregam marcas do cotidiano, costumes e as culturas dos países europeus, que remetem às características arquitetônicas de Corumbá, Manaus e Belém.

A quantidade de edificações encontradas nas ruas da área delimitada para esta pesquisa pode ser visualizada no Quadro 12. Os dados reforçam a observação de Arruda (2009) sobre a presença significativa de exemplares de arquitetura histórica da cidade de Ladário, evidenciando a densidade patrimonial ainda existente, embora em diferentes estados de conservação.

Quadro 12 - Quantitativo de edificações identificadas por rua

Rua	Edificações analisadas	Rua	Edificações analisadas
Avenida 14 de Março	71	Rua Dom Pedro II	11
Rua Almirante Tamandaré	47	Alameda Nossa Senhora dos Remédios	6
Rua Cunha Couto	31	Alameda Carlos José de Figueiredo	5
Rua Comandante Souza Lobo	29	Alameda Ednei	4
Rua Fernandes Vieira	26	Rua José Silvestre	3
Rua Riachuelo	18	Rua Antônio Assad	2
Rua conde de	12	Rua Rui Barbosa	2

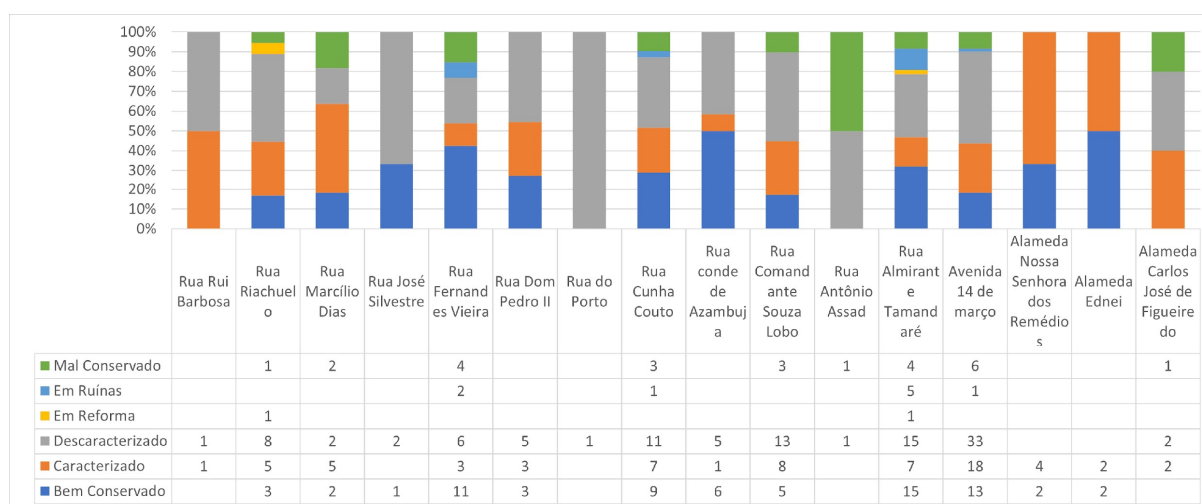
Azambuja			
Rua Marcílio Dias	11	Rua do Porto	1
Total geral			279

Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se que a maior concentração de edificações está localizada nas vias com maior importância histórica e urbanística, como a Avenida 14 de Março, a rua Almirante Tamandaré, a rua Cunha Couto, a rua Comandante Souza Lobo, a rua Fernandes Vieira e a rua Riachuelo. Estes trechos refletem diretamente o processo de ocupação e expansão da cidade, indicando áreas prioritárias para ações de preservação e valorização patrimonial.

Em contraste, ruas com menor número de edificações, como a rua do Porto e a rua Rui Barbosa, também revelam traços e vestígios da histórica local, embora com menor densidade arquitetônica remanescente, como ilustrado na Figura 21 e na Figura 22.

Figura 21 - Gráfico de estados de conservação por rua



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise do estado de conservação por rua (Figura 21) confirma que os trechos de maior centralidade histórica e urbanística são, paradoxalmente, aqueles que concentram as situações mais críticas. A Avenida 14 de Março, principal eixo de ligação entre o pórtico do 6º Distrito Naval e o núcleo urbano, apresenta o maior número absoluto de edificações analisadas e, simultaneamente, a maior quantidade de imóveis descaracterizados(33) e mal conservados(6). Situação semelhante, ainda que em menor escala, é observada na Rua Almirante Tamandaré com 15 imóveis descaracterizados, 4 imóveis mal conservados e 5 imóveis em ruínas.

A Figura 22 evidencia ainda que há presença de edificações em ruínas, como nas ruas

Essa leitura espacial integra, portanto, o diagnóstico técnico às discussões históricas e territoriais desenvolvidas nas Seções 2 e 3, reforçando a necessidade de uma abordagem

articulada entre planejamento urbano, preservação patrimonial e gestão da fronteira, como a proposta de área de tombamento federal e de entorno apresentada na sequência.

5. Proposta da Área de Tombamento Federal e Área de Entorno

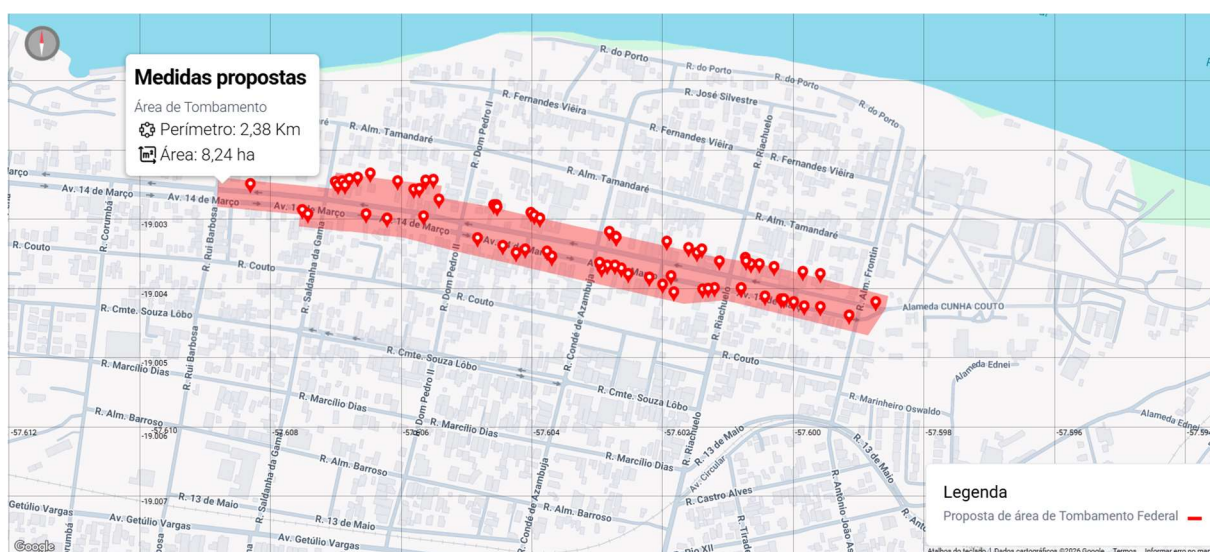
A partir da concentração de edificações históricas identificadas ao longo da Avenida 14 de Março e das evidências de descaracterização e ruína em trechos específicos, foi elaborada a proposta de área de tombamento federal para o município de Ladário/MS (Figura 23). Essa proposta considerou os seguintes critérios para sua delimitação perimetral:

- O desenvolvimento da malha urbana seguindo pela principal avenida de acesso (Avenida 14 de Março) a partir do pórtico do 6º DN e em direção a cidade de Corumbá/MS;
- A quantidade de exemplares presentes na Avenida 14 de Março, totalizando 71 edificações;
- A necessidade de ações de conservação, visto a quantidade de imóveis descaracterizados presentes na Avenida 14 de Março (33);

A cidade vizinha, Corumbá, tem área urbanizada de 21,5777 quilômetros quadrados (km²). Em comparação a cidade de Ladário que apresenta área urbanizada de 3,6191 quilômetros quadrados(km²), há uma diferença significativa, a cidade de Corumbá é aproximadamente seis vezes maior em escala urbana, embora ambas estejam inseridas na mesma região fronteira. Além disso, observa-se que em Corumbá há imóveis tombados e edificações localizadas no entorno que apresentam os mesmos estilos arquitetônicos encontrados em Ladário.

De acordo com a Figura 23, a área de tombamento federal delimitada apresenta 2,38 quilômetros de extensão e área de aproximadamente 8,24 hectares, na Avenida 14 de Março com as coordenadas geográficas listadas no Quadro 13.

Figura 23 - Mapa de proposta de área de tombamento federal



Fonte: Elaborado pelo autor.

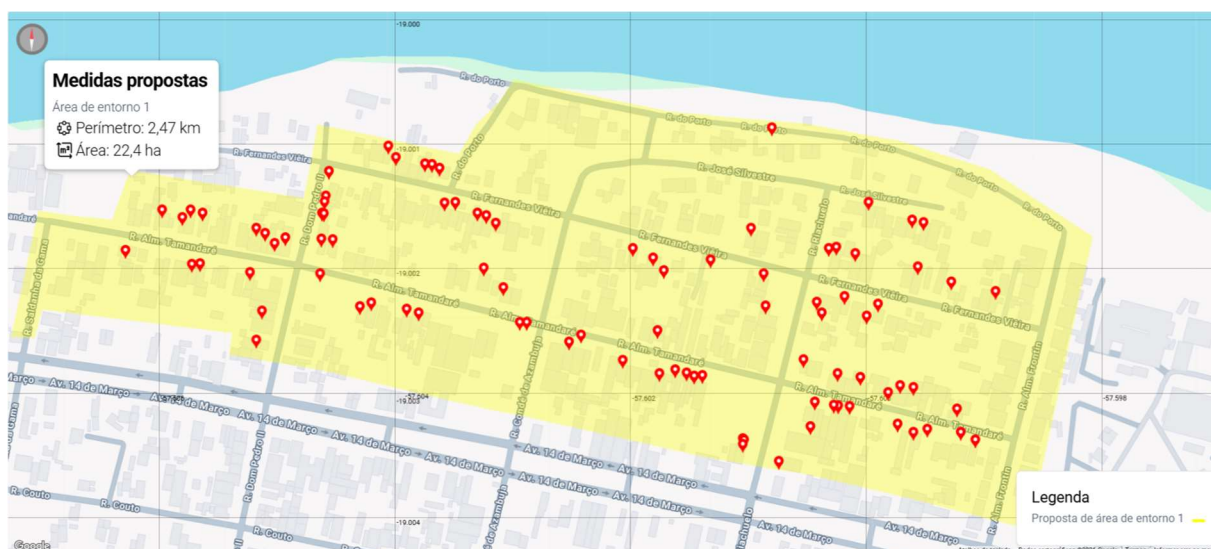
Quadro 13 - Coordenadas geográficas da proposta da área de tombamento federal

Latitude	Longitude	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude
-19.0043013	-57.598584	-19.0031132	-57.6032913	-19.0028304	-57.608822
-19.004113	-57.5985404	-19.0029927	-57.6038573	-19.0029344	-57.6075453
-19.0038841	-57.5994946	-19.0028215	-57.6046069	-19.0031056	-57.6075654
-19.0037516	-57.6000411	-19.0026909	-57.6054076	-19.0032692	-57.6059547
-19.0036423	-57.6005571	-19.002521	-57.6053781	-19.0034721	-57.6051233
-19.003625	-57.6006728	-19.0024094	-57.6063839	-19.0042303	-57.6016766
-19.0036083	-57.6007912	-19.0023308	-57.6069954	-19.0041783	-57.6010356
-19.003524	-57.6013145	-19.0025616	-57.6070598	-19.0046868	-57.5988523
-19.0032007	-57.60283	-19.0024018	-57.6087912	-19.0043013	-57.598584

Fonte: Elaborado pelo autor.

A área de entorno foi determinada em duas áreas principais (Figura 24 e Figura 25), com as coordenadas geográficas no Quadro 14 e no Quadro 15, a partir dos edifícios já catalogados por Arruda(2009) e Marques (2001), assim como as edificações encontradas no entorno das mesmas. As áreas de entorno 1 e 2 possuem respectivamente 2,47 km e 3,21 quilômetros de extensão e áreas de 22,4 e 32,1 hectares.

Figura 24 - Mapa de proposta de área de entorno 1



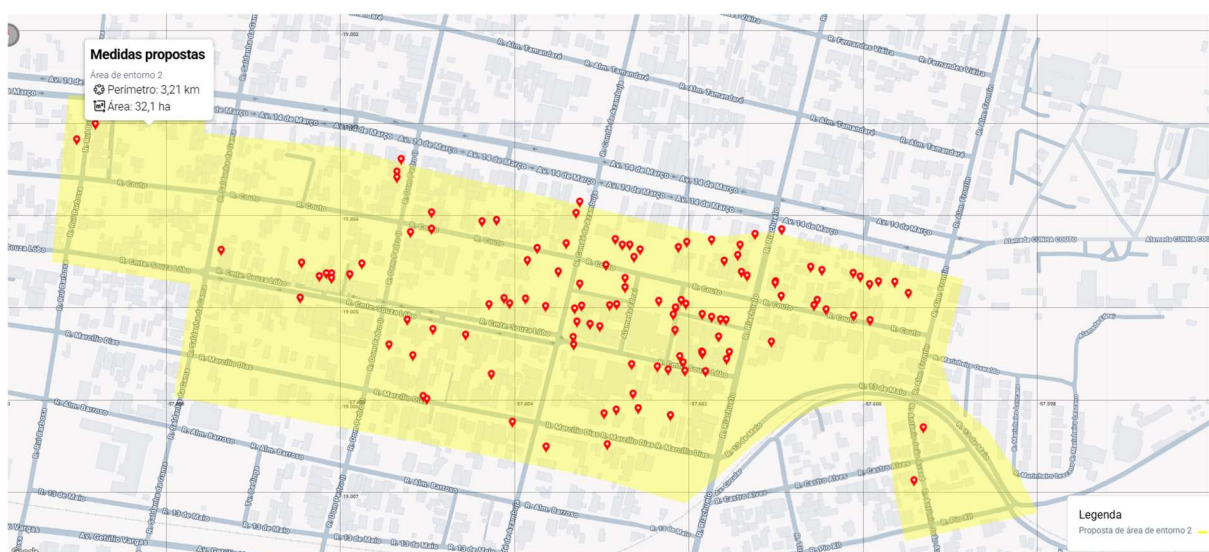
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 14 - Coordenadas geográficas da proposta da área de entorno 1

Latitude	Longitude	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude
-19.0015392	-57.6070263	-19.003396	-57.6019184	-19.0007429	-57.6016619
-19.0025537	-57.607256	-19.0034538	-57.6016475	-19.0005959	-57.6023968
-19.0025638	-57.6070585	-19.0035113	-57.6013826	-19.0004816	-57.6029895
-19.002333	-57.6069941	-19.0036118	-57.6007808	-19.0006668	-57.603113
-19.0025232	-57.6053768	-19.0036445	-57.6005558	-19.0008482	-57.6033141
-19.0026931	-57.6054063	-19.0037443	-57.6000806	-19.0010803	-57.6034509
-19.0028231	-57.6046107	-19.0038512	-57.5996115	-19.0008443	-57.6046552
-19.0030103	-57.6037787	-19.0040959	-57.5986189	-19.0011512	-57.6047169
-19.003051	-57.6035915	-19.0017472	-57.5980731	-19.0014365	-57.6047719
-19.0031006	-57.6033566	-19.0012095	-57.5989421	-19.001212	-57.6062458
-19.0031397	-57.6031614	-19.0010853	-57.5993498	-19.0016064	-57.6064
-19.0031816	-57.6029356	-19.0009762	-57.59972	-19.0015829	-57.6066998
-19.0032871	-57.6024265	-19.0008393	-57.6005085	-19.0015392	-57.6070263

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 25 - Mapa de proposta de área de entorno 2



Fonte: Elaborado pelo autor.

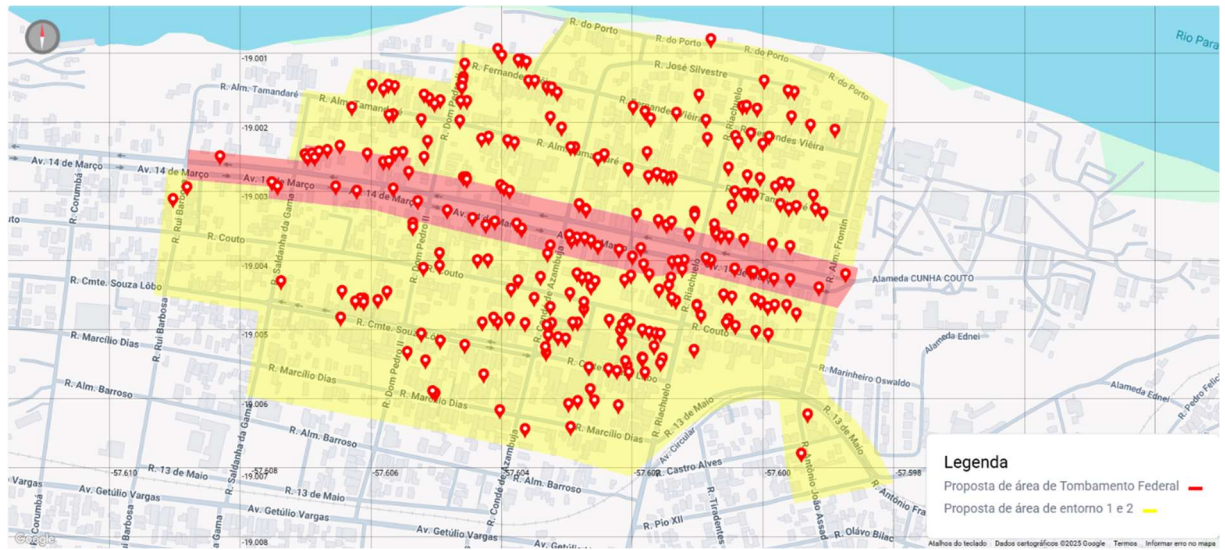
Quadro 15 - Coordenadas geográficas da proposta das áreas de entorno 2

Latitude	Longitude	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude
-19.0026981	-57.6091199	-19.0060051	-57.6001184	-19.0041805	-57.6010343
-19.0045038	-57.6093076	-19.0060457	-57.5997537	-19.0042325	-57.6016753
-19.0047472	-57.6077145	-19.0069789	-57.5996464	-19.0036999	-57.6041015
-19.0059645	-57.6079076	-19.0075267	-57.5995176	-19.0034958	-57.6050382
-19.0065225	-57.6047426	-19.0072224	-57.5979941	-19.0032714	-57.6059534
-19.006842	-57.603085	-19.0067557	-57.5982516	-19.0031078	-57.6075641
-19.0071235	-57.6020416	-19.0063094	-57.5985949	-19.0029366	-57.607544
-19.006918	-57.6017707	-19.0059848	-57.5989812	-19.0028326	-57.6088207
-19.0064514	-57.6012128	-19.0056196	-57.5990885	-19.0027146	-57.608804
-19.0062485	-57.6008695	-19.004689	-57.598851	-19.0026981	-57.6091199
-19.0060862	-57.6005047	-19.004545	-57.5994639		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante dos critérios acima, a delimitação da área de tombamento federal e de entorno da cidade de Ladário/MS pode ser analisada na Figura 26:

Figura 26 - Mapa de proposta de área de tombamento federal e área de entorno



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu identificar e analisar o estado atual do patrimônio material edificado da cidade de Ladário, evidenciando não apenas sua relevância histórica e arquitetônica, mas também os desafios enfrentados em termos de preservação, proteção e valorização.

O levantamento de campo, aliado à análise documental, pesquisa bibliográfica e os registros fotográficos, identificou a existência de 279 edificações com características históricas, distribuídas principalmente nas vias mais antigas e estruturantes da cidade. Dentre os estilos arquitetônicos predominantes, destacam-se o *Art Déco*, o Ecletismo e o Modernista, refletindo as influências culturais e comerciais da época de consolidação urbana da cidade.

A expressiva quantidade de imóveis descaracterizados, mal conservados ou em ruínas, conforme os critérios estabelecidos pelo IPHAN, reforça a necessidade de políticas públicas efetivas e ações patrimoniais contínuas, voltadas à preservação e incentivo à recuperação do patrimônio edificado que envolvam o poder público, as universidades, e a própria comunidade, para que o valor histórico e cultural dessas edificações não se perca no tempo.

O estudo também evidenciou a importância dos vestígios arquitetônicos e edificações remanescentes como marcas simbólicas da memória coletiva e de identidade local, apontando para a necessidade de ações de educação patrimonial, fiscalização efetiva e incentivo à restauração por meio de parcerias público-privadas ou políticas de fomento específicas. A articulação entre o conhecimento técnico e o envolvimento da comunidade é essencial para a construção de estratégias sustentáveis que fortaleçam o sentimento de pertencimento e reconhecimento de valor do patrimônio.

O principal avanço deste estudo consiste na sistematização inédita das edificações históricas de Ladário, com identificação, classificação arquitetônica e proposição técnica de uma área de tombamento federal e de suas respectivas áreas de entorno, instrumento até então inexistente para o município. Essa proposta reforça a relevância do conjunto arquitetônico local e a necessidade de criação de instrumentos formais de proteção na região fronteira, a exemplo do que já acontece em Corumbá.

A metodologia empregada concentrou-se na análise visual das fachadas e dos elementos construtivos. Contudo, a inclusão da visualização da estrutura interna das edificações e de seus componentes poderia aprimorar a identificação dos estilos arquitetônicos e dos estados de conservação, desde que, devidamente autorizadas a entrada nos locais e análise desses elementos. Além disso, a disponibilização das datas de construção em bancos de dados

cartoriais e do setor de cadastro imobiliário municipal, bem como dos registros de reformas e alterações ao longo do tempo, poderia auxiliar no processo de categorização arquitetônica.

Para ações futuras deste trabalho, recomenda-se a ampliação da área de estudo, com a inclusão de ruas não contempladas neste diagnóstico, contribuindo para um modelo mais completo do mapeamento patrimonial na cidade, assim como o desenvolvimento de ações de educação patrimonial relacionadas à área proposta para tombamento e áreas de entorno. Ademais, os diálogos iniciais com as esferas governamentais para implementação de instrumentos de proteção são primordiais para o desenvolvimento das ações propostas.

Conclui-se que a preservação do patrimônio material de Ladário exige não apenas diagnósticos técnicos, mas principalmente uma abordagem integrada e interdisciplinar, que envolva planejamento urbano, políticas culturais e participação social. A documentação sistematizada apresentada neste trabalho constitui uma base concreta para futuras iniciativas de preservação e conservação, podendo subsidiar projetos de restauro, tombamento, instrumentos municipais de preservação e valorização do acervo histórico existente na cidade.

Preservar o patrimônio material edificado de Ladário significa, portanto, preservar a memória territorial da fronteira Brasil–Bolívia e garantir que suas referências urbanas continuem a desempenhar papel estruturante no desenvolvimento regional.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, L. Q. **Desapropriação**: aspectos gerais. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. NUNES JÚNIOR, V. S.; ZOCKUN, M.; ZOCKUN, C. Z.; FREIRE, A. L. (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/113/edicao-1/desapropriacao:-aspectos-gerais>>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- ARELLANO, M. **O que é um patrimônio da humanidade?** Tradução: SOUZA, E. [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/899842/o-que-e-um-patrimonio-da-humanidade>>. Acesso em: 21 out. 2025.
- ARRUDA, A. M. V. **História da arquitetura de Mato Grosso do Sul**: origens e trajetórias. 1. ed. Campo Grande: autor, 2009.
- AYALA, C.; SIMON, F. **Álbum graphico do Estado de Mato Grosso**. Corumbá/Hamburgo, 1914. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/com6dn/Historico>>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e restauro**: arquitetura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003. Disponível em: <https://www.marciabraga.arq.br/voi/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BUNGART NETO, P. Mato Grosso do Sul: riqueza histórica, tradição e memória, antecipando a divisão política do estado. **Raído**, v. 6, n. 12, p. 63–76, 2012. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/Raido/article/view/2092>>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO (MS). **Lei Ordinária nº 969, de 2016**: dispõe sobre o tombamento histórico, religioso e cultural do Santuário da Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Ladário, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.camaraladario.ms.gov.br/transparencia/leis-ordinarias/95>>. Acesso em: 11 out. 2025.
- CARDOSO, C. C. S. Influência das tradições navais na fronteira Oeste do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, [S. l.], v. 140, n. 01/03, p. 198–211, 2020. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/3974>>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Fronteira: um tema sem limites. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). **Estudos fronteiriços**. Campo Grande: UFMS, 2010. p. 11-41.
- CHAPARRO, G. T. B. **A forma urbana na história do sul de Mato Grosso**: Corumbá (1870 a 1920). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
 CICHOSKI, P.; RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
 Geographia Opportuno Tempore, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 141–147, 2020. DOI:
 10.5433/got.2020.v6.38992. Disponível em:
 <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/38992>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COELHO, Y. **Art Déco: o que é e quais as características do movimento arquitetônico**. 2024.
 Disponível em: <<https://casacor.abril.com.br/arquitetura/art-deco-o-que-e-caracteristicas/>>.
 Acesso em: 11 ago. 2025.

CORÁ, M. A. J. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil**. 2011. Tese
 (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,
 2011. Disponível em: <https://forropatrimoniocultural.art.br/wp-content/uploads/2023/02/Cora-M.A.J._Tese-Dout-Patr-Imaterial_PUC_2011.pdf>. Acesso
 em: 5 ago. 2025.

CORREIA, L. S. Corumbá: o comércio e o casario do porto (1870-1920). In: CORREIA, V. B.;
 CORREIA, L. S.; ALVES, G. L. (orgs.). **Casario do Porto de Corumbá**. Brasília: Gráfica do
 Senado, 1985.

CORREIA, L. S. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

CORREIA, L. S. **História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920**. Campo Grande:
 UCDB, 1999.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco
 abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed.
 Porto Alegre: Artmed, 2007. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial n. 9.466**, Campo Grande-MS, 7
 ago. 2017. Disponível em:
 <https://assets.imprensaoficial.ms.gov.br/public/prd/Diario%20Oficial/2017/08/07/DO9466_07_08_2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

FERRARI, M. AS NOÇÕES DE FRONTEIRA EM GEOGRAFIA. **Perspectiva Geográfica**,
 [S. l.], v. 9, n. 10, 2014. Disponível em:
<https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso em: 1 jan. 2026.

FERREIRA, F.; OLIVEIRA, C. **Análise da vulnerabilidade sísmica de um edifício
 pombalino: desafios e soluções**. In: CONGRESSO NACIONAL DE SISMOLOGIA E
 ENGENHARIA SÍSMICA, 13, 2024, Guimarães. Anais eletrônicos. Disponível em:
 <<https://comum.rcaap.pt/bitstreams/e6690a41-0a32-436d-9a51-bafe8b7b5094/download>>.
 Acesso em: 8 set. 2025.

FREITAS, M. A. O Art Nouveau na arquitetura do rio de janeiro (Brasil) e de Buenos Aires
 (Argentina). **Revista Barroco Digital**, n.1, p. 168-202, 2021.

FONSECA, J. S. **Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C, 1880.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FONSECA, M. C. L. Registro. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. ISBN 978-85-7334-279-6.

G1. **Teto de prédio histórico desaba em Corumbá (MS)**. G1, 7 set. 2024. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/D97pO>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GHISOLFI, E. M. O. **Art Nouveau no Estado de São Paulo**: elementos decorativos presentes na arquitetura escolar de Carlos Rosencrantz. 2023. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-20102023-170111/publico/DissSimplificadaErikaGhisolfi.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GOMIDE, J. H.; SILVA, P. R. da; BRAGA, S. M. N. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, I.; GONÇALVES, R. S.; VASSALO, S. (orgs.). **A Antropologia na esfera pública**: patrimônios culturais e museus. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2019. p. 29-48.

GRANATO, M.; CAMPOS, G. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos**. 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/midas/131#tocto1n2>>. Acesso em: 7 out. 2025.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, T. T.; LOURO, G. L. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOHENADEL, K. **What Is Rococo Architecture?** 2025. Disponível em: <<https://www.thespruce.com/what-is-rococo-architecture-5186850>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso do Sul – Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>>. Acesso em: 11 out. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens culturais imateriais registrados**. Disponível em: <<https://bcr.iphan.gov.br/bens->

culturais/?perpage=12&view_mode=table&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=65736%2C65773&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tn_c_tax_7447&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=1914&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN>. Acesso em: 5 jul. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Levantamento do estado de conservação dos imóveis da área tombada da cidade de Corumbá**. Corumbá: Pimentel, M. L. S., 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Maria Clara Mascarenhas Scardini (org). **Memórias do Presente: Patrimônios de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/publicacao_educaiphan_ms_digital.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio e fronteiras: anais da IV Oficina de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2016. 107 p. (Patrimônio: práticas e reflexões, 7). ISBN 9788573342901 (broch.).

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrumentos de Proteção**. [s.d.-a]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. [s.d.-b]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política de Patrimônio Cultural Material**. [s.d.-c]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural**. [s.d.-d]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. [s.d.-e]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fototeca Sítios Arqueológicos**. [s.d.-f]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/17/fototeca-sitios-arqueologicos>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

KOCH, W. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. 2. ed. Tradução de Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEETE, R. I. **Art Déco: como a descoberta, a invenção e a moda criaram um movimento**. *ArchDaily Brasil*, 30 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/980028/art-deco-como-a-descoberta-a-invencao-e-a-moda-criaram-um-movimento>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LIMA, M. M. E. R. **Ciclos econômicos e produção arquitetônica em Porto Murtinho**. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul; Life Editora, 2013. 192 p. ISBN 978-85-8150-101-7.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 18, 2023. e023141. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

LOURENÇO, A. S. G. A. Patrimônio cultural e cidadania. In: *CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade*. Curitiba: Multideia, 2015. v. 1, p. 55–75.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: *STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, N.; SCHAFFER, O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (orgs.). Fronteiras e espaço global*, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998, p.41-49.

MALTÊZ, C. R.; CORRÊA SOBRINHO, C. P.; BITTENCOURT, D. L. A.; MIRANDA, K. R.; MARTINS, L. N. Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010.

MARQUES, R. M. C. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense. Tomo III**. Campo Grande: UFMS, 2001.

MARQUES, R. M. C. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense. 3ªed**. Campo Grande: UFMS, 2024.

MARTINS, G. R. **Breve painel etnico-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1992.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, SP: 2ª Ed. Contexto, 2012.

MASCARO, L. P. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

MELLO, S. O. **Arsenal da marinha em Mato Grosso**. Projeto polí, 2009.

MELLO, S. A. **Ladário e o trem naval de Mato Grosso história e memória (1873-1935)**. X Semana de História - História em Movimento: caminhos, culturas e fronteiras. 2007, p. 15.

MIRANDA, E. E.; GOMES, E. G.; GUIMARÃES, M. **Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MIRANDA, M. P. S. **Vigilância como instrumento de preservação do patrimônio**

cultural. Consultor Jurídico – ConJur, 5 out. 2024. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-out-05/vigilancia-como-instrumento-de-preservacao-do-patrimonio-cultural/>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MONTES, F.; AMARANTE, N. História do barroco: a origem, o crescimento e os exemplares no distrito de Vila Real. **ERAS: European Review of Artistic Studies**, v. 14, n. 4, p. 78-97, 2023.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: *GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85-7334-299-4.

NASCIMENTO, D. P. **Ladário pérola do Pantanal**. [s.l.] Papel & Virtual, 2002.

NETO, R. P. N. **Pérola do Pantanal: Ladário**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2022.

NOGUEIRA, R. J. B. **Fronteira: espaço de referência identitária**. Ateliê geográfico, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

OLIVEIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, J. C.; RODRIGUES, W. P. **Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio**. 1. ed. Uberlândia: LAECC, 2020. v. 1. 180 p.

OLIVEIRA, M. A. M.; MARINI, J. F.; LOIO, J. A. Imigrantes bolivianos da planície e do altiplano em região de fronteira: distinções pregressas em solidariedade seletiva. **Revista GeoPantanal**, v. 12, p. 219-232, 2017.

OLIVEIRA, T. C. M. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005. 648 p.

PINHEIRO, A. V. S.; SALOMÃO, P. E. A. Patrimônio Histórico - A importância da conservação de edifícios históricos para a preservação da identidade cultural. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Diário Oficial do Município de Corumbá – Legislação, registro 54447**. Corumbá, MS. Disponível em: <<https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/54447>>. Acesso em: 11 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **História**. Disponível em: <<https://www.ladario.ms.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **Imagem de Nossa Senhora dos Remédios é patrimônio histórico, cultural e religioso de Ladário**. Disponível em: <<https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/892/imagem-de-nossa-senhora-dos-remedios-e-patrimonio-historico-cultural-e-religioso-de-ladario/portal>>. Acesso em: 15 out. 2025.

RABELLO, S. O tombamento. In: *REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.*;

THOMPSON, A. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo-chave Tombamento). ISBN 978-85-7334-279-6

RAMIREZ, K. N. **Catedral da Sé de São Paulo**: aspectos históricos, arquitetônicos e estruturais. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3144/tde-05052025-134128/pt-br.php>>.

REIS, D. T. **Casas modernistas em Montes Claros (MG)**: a obra do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

REZENDE, M. B. **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Iphan, 2008. 83 p. (Cadernos de Pesquisa e Documentação ; n. 3). ISBN 978-85-7334-105-8.

ROOSEVELT, T. **Through the Brazilian wilderness**. Best Books on, 1914.

SAID, I. T. **A Marinha, Corumbá e Ladário**. Ladário, MS: Comando do 6º Distrito Naval, 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 978-85-65848-28-2.

SANTOS, D. L. **Ladário/MS e seu patrimônio cultural**: mais de 100 anos de história. Anais do 7º Congresso Internacional de História, Universidade Estadual de Maringá, 2013. doi:10.4025/7cih.pphuem.1258.

SEFFRIN, C. F. G. **Identificação de residências ecléticas do centro histórico de Santa Maria/RS: apontamentos para um inventário arquitetônico**. Dissertação (Mestrado em patrimônio cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Seleção de conteúdo para concurso público do Governo de Mato Grosso**. Entrelinhas Editora, 2023.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VIANNA, L. C. R. Patrimônio imaterial. In: *GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: História & Cultura**, v. 7, n. 13, 2011. Disponível em: <<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687>>. Acesso em: 12 out. 2025.